

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 17-5-2021.

---

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Barbara Penna, Bruna Rodrigues, Claudio Janta, Conselheiro Marcelo e Marcelo Sgarbossa. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 124/20 (Processo nº 0308/20), de autoria de Aldacir Oliboni; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 165/20 e 170/21 (Processos nºs 0394/20 e 0448/21, respectivamente), de autoria de Comandante Nádia; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 019, 056 e 134/21 (Processos nºs 0076, 0188 e 0353/21, respectivamente), de autoria de Jessé Sangalli; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 152 e 165/21 (Processos nºs 0390 e 0433/21, respectivamente), de autoria de Leonel Radde. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 657 e 658/21, do Prefeito, respectivamente encaminhando e solicitando tramitação em regime de urgência para os Projetos de Lei do Executivo nºs 006 e 007/21 (Processos nºs 0484 e 0485/21, respectivamente). A seguir, por solicitação de Moisés Barboza, Leonel Radde e Pedro Ruas, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Bruno Covas, a Eva Wilma e a Maurício Gomes. Também, foi aprovado requerimento verbal formulado por Giovane Byl, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em continuidade, foi apregoadado requerimento de autoria de Kaká D'Ávila, solicitando licença para tratamento de saúde do dia quatorze ao dia dezessete de maio do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, no dia dezessete de maio do corrente, Conselheiro Marcelo, informando-o que integraria a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Também, foi apregoadado requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando licença para tratamento de saúde do dia dezessete ao dia vinte de maio do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Marcelo Sgarbossa, informando-o que integraria a Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Ainda, foi apregoadado o Processo SEI nº 017.00045/2021-19, de autoria de Comandante Nádia, deferido pelo Presidente, solicitando autorização para representar externamente este Legislativo, nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de fevereiro do corrente, na solenidade de posse de Onyx Dornelles Lorenzoni no cargo de Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, em Brasília – DF. Após, foi

iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do nonagésimo aniversário do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul – Simers –, nos termos do Requerimento nº 160/21 (Processo nº 0474/21), de autoria da Mesa Diretora. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Márcio Bins Ely, em nome da Mesa Diretora, Bruna Rodrigues, Moisés Barboza e Reginete Bispo, esta em tempo cedido por Laura Sito. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aírto Ferronato e Alexandre Bobadra. Em prosseguimento, o Presidente procedeu à entrega de diploma alusivo à presente solenidade a Marcelo Matias, Presidente do Simers, e concedeu-lhe a palavra para se pronunciar a respeito da presente homenagem. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e dois minutos às quinze horas e vinte e nove minutos. A seguir, a Presidente registrou o COMPARECIMENTO de Paulo Roberto da Silva Ramires, Diretor-Presidente da Empresa Pública de Transporte e Circulação, e concedeu-lhe a palavra para se pronunciar a respeito do tema “Maio Amarelo”. Em continuidade, Cassiá Carpes, Marcelo Sgarbossa, Karen Santos, Moisés Barboza, Giovane Byl, Jonas Reis, Pablo Melo, José Freitas, Bruna Rodrigues e Claudio Janta pronunciaram-se acerca do tema em debate. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e dois minutos às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Pedro Ruas. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Jonas Reis e Claudio Janta. Após, foi apregoado requerimento de autoria de Kaká D'Ávila, solicitando licença para tratamento de saúde do dia dezoito ao dia vinte e um de maio do corrente. Também, foi aprovado requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Às dezesseis horas e trinta minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Felipe Camozzato, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 370/17 (Processo nº 3175/17), por vinte e um votos SIM, um voto NÃO e cinco ABSTENÇÕES, após ser discutido por Felipe Camozzato, Marcelo Sgarbossa e Jessé Sangalli e encaminhado à votação por Pedro Ruas, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Barbara Penna, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, votado Não Pedro Ruas e optado pela Abstenção Karen Santos, Leonel Radde, Marcelo Sgarbossa, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Na oportunidade, foi apregoado requerimento de autoria de Alvoní Medina, solicitando licença para tratamento de saúde do dia dezessete ao dia vinte e três de maio do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seus diploma e declaração de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, Barbara Penna, informando-a que integraria a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Também, Barbara Penna pronunciou-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do

Legislativo nº 116/18 (Processo nº 1262/18), após ser discutido por Pedro Ruas, Matheus Gomes, Marcelo Sgarbossa, Karen Santos, Moisés Barboza, Mauro Pinheiro, Jonas Reis, Fernanda Barth, José Freitas, Jessé Sangalli, Ramiro Rosário, Comandante Nádia, Cassiá Carpes e Claudio Janta e encaminhado à votação por Matheus Gomes, Jessé Sangalli, Pedro Ruas e Reginete Bispo. Na ocasião, foi apregoada a Emenda nº 05, assinada por Matheus Gomes, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 116/18, e foi aprovado requerimento de autoria de Jessé Sangalli, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Também, foram aprovados requerimentos verbais formulados por Felipe Camozzato e Pedro Ruas, solicitando alteração na ordem de apreciação das emendas apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 116/18. Ainda, foi aprovada a prorrogação dos trabalhos da presente sessão, solicitada por Giovane Byl, por trinta e dois votos SIM, após ser encaminhada à votação por Pedro Ruas, tendo votado Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Leonel Radde, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foram votadas conjuntamente e aprovadas as Emendas nºs 01, 02 e 03 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 116/18, por vinte e quatro votos SIM e oito votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Barbara Penna, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Daiana Santos, Jonas Reis, Leonel Radde, Marcelo Sgarbossa, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foram votadas conjuntamente e rejeitadas as Emendas nºs 04 e 05 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 116/18, por onze votos SIM e vinte e dois votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Marcelo Sgarbossa, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Alexandre Bobadra, Barbara Penna, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 116/18, por vinte e quatro votos SIM e dez votos NÃO, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Barbara Penna, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Bruna

Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Marcelo Sgarbossa, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 139/21 (Processo nº 0365/21), após ser discutido por Cláudia Araújo. Na oportunidade, foi apregoado requerimento de autoria de Mauro Zacher, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 139/21. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 139/21, por trinta e quatro votos SIM, após ser encaminhada à votação por Mauro Zacher e Pedro Ruas, tendo votado Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Barbara Penna, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Leonel Radde, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 139/21. Foi rejeitada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 139/21, por quatorze votos SIM e dezenove votos NÃO, tendo votado Sim Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Giovane Byl, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Marcelo Sgarbossa, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Barbara Penna, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Foi aprovada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 139/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 139/21. Em prosseguimento, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Pedro Ruas. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 159/21 (Processo nº 0470/21), após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas, Alexandre Bobadra, Airto Ferronato, Leonel Radde e Comandante Nádia. Em Votação, esteve o Requerimento nº 143/21 (Processo nº 0413/21), o qual, após ser encaminhado à votação por Pedro Ruas, Ramiro Rosário, Roberto Robaina, Jonas Reis, Claudio Janta e Bruna Rodrigues, teve sua votação suspensa, em face do esgotamento do prazo regimental da presente sessão. Na oportunidade, foi constatada a existência de quórum deliberativo, duas vezes, em verificações solicitadas por Bruna Rodrigues e Roberto Robaina. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando a realização de sessão extraordinária a seguir, por vinte votos SIM e doze votos NÃO, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Barbara Penna, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Airto Ferronato, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Marcelo

Sgarbossa, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Às vinte horas e cinquenta e sete minutos, esgotado o prazo regimental da presente sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Comandante Nádia e Felipe Camozzato. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Boa tarde a todos. Solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal para verificação do quórum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Há quórum.

**Vereador Moisés Barboza (PSDB) (Requerimento):** Sr. Presidente, em nome dos vereadores da bancada do PSDB que estão presentes, vereadores Gilson Padeiro, Conselheiro Marcelo e Ramiro Rosário, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do valoroso companheiro e prefeito da capital de São Paulo, Sr. Bruno Covas.

**Vereador Leonel Radde (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da atriz Eva Wilma.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do amigo e companheiro de Gravataí, Sr. Maurício Gomes.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Registramos a presença do Dr. Marcelo Matias, presidente do Simers; obrigado pela presença, presidente. Logo mais teremos o período de Comunicações em homenagem ao aniversário de 90 anos do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul.

**SR. MARCELO MATIAS:** Muito obrigado, Presidente, pela possibilidade e pela honra de estar presente na Casa do Povo do nosso Município e ter, como sempre, a felicidade de representar a categoria e o sindicato, graças ao espírito político e

democrático que a Câmara Municipal sempre demonstrou. Eu tenho muito orgulho de estar novamente presente nesta Casa.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** É uma alegria; obrigado, doutor.

**Vereador Giovane Byl (PTB) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a inclusão do PLL nº 139/21 na priorização da Ordem do Dia da presente sessão.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovane Byl. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito que o Diretor Legislativo apregoe as proposições apresentadas à Mesa.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Apregoo o Memorando nº 012/21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia 14 ao dia 17 de maio de 2021.

Em função da sua licença, registramos que o suplente Conselheiro Marcelo já prestou compromisso na presente legislatura, ficando dispensado de repeti-lo. O Ver. Conselheiro Marcelo assumirá no dia 17 de maio de 2021 e integrará a Comissão de defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH, nos termos regimentais.

Apregoo o Memorando nº 013/21, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia 17 ao dia 20 de maio de 2021.

Em função da sua licença, registramos que o suplente Marcelo Sgarbossa já prestou compromisso na presente legislatura, ficando dispensado de repeti-lo. O Ver. Marcelo Sgarbossa integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM, nos termos regimentais, pelo mesmo período.

Apregoo o processo SEI nº 017.00045/2021-19, de autoria da Ver<sup>a</sup> Comandante Nádia, referente à representação externa desta Casa na cerimônia de posse do Sr. Onyx Dornelles Lorenzoni, no cargo de Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, em Brasília, DF, no período de 24 a 25 de fevereiro de 2021. O pregão é feito agora somente para registro, pois o evento já ocorreu.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro empossados os vereadores. Registro que todos que tomaram posse já prestaram o compromisso.

Passamos às

## COMUNICAÇÕES

**SR. JOSE LUIS ESPINDOLA LOPES (Mestre de Cerimonias):**

Senhoras e senhores, boa tarde. Neste momento, damos início ao período de Comunicações destinado a assinalar o transcurso dos 90 anos do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul – Simers. Compõem a mesa dos trabalhos, além do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Márcio Bins Ely, o Sr. Marcelo Matias, presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, e o Sr. Marcos Rovinski, vice-presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul. Convidamos o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Márcio Bins Ely, para fazer uso da palavra.

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações e falará em nome da Mesa Diretora.

**VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito boa-tarde a todos, senhoras e senhores; permitam-me tirar a máscara. Quero fazer uma saudação muito especial ao Dr. Marcelo Matias, presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, ao Dr. Marcos Rovinski, vice-presidente; cumprimentando o presidente e o vice-presidente do Simers, quero cumprimentar toda a classe médica que nos acompanha; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; público que nos assiste em especial remotamente. Em tempos de pandemia, nada mais justo e oportuno do que lembrarmos os 90 anos de existência do Simers; diante de tantas dificuldades, de tantas perdas, mais do que nunca a importância dos médicos que lutam em favor da vida deve ser reverenciada nesta Casa.

Nestas nove décadas de trabalho e dedicação à causa médica, o Simers empreendeu inúmeras lutas e passou a receber da sociedade gaúcha e brasileira respeito e admiração, em especial da porto-alegrense, onde está sediado. Com uma base de mais de 15 mil médicos associados, hoje, mais do que um sindicato, o Simers é uma instituição inovadora, ativa, envolvida com todos os assuntos relevantes para a saúde, bem como com a oferta de uma gama de serviços especializados que otimizam o cotidiano dos médicos no Estado do Rio Grande do Sul. Em sua essência está a incansável defesa dos direitos da categoria médica e da sociedade. O Simers, por meio da sua atuação sindical, política e social e de seus serviços prestados aos médicos, apoia e defende, com qualidade e eficiência, através de padrões e ética, os médicos, a categoria médica para o exercício do seu trabalho; a sociedade; o meio ambiente, através da utilização racional dos recursos naturais, evitando desperdícios e diminuindo os impactos causados à saúde e à segurança ocupacional dos seus colaboradores e empregados, mediante a prevenção de lesões e doenças decorrentes das suas atividades; enfim, o atendimento aos requisitos legais e outros através da garantia de conformidade com foco na saúde da população e em conjunto com toda a sociedade.

Dr. Marcelo, eu sou neto de médico, tenho dois tios médicos, me formei numa família de médicos, e nós queremos aqui, em nome da Câmara - essa foi uma iniciativa da Mesa e foi aprovada pela unanimidade dos vereadores - prestar essa justa

homenagem neste momento em que a sociedade mundial se curva à classe médica em favor da vida. Eu mesmo tive, infelizmente, a perda de um colaborador muito querido, que foi meu chefe de gabinete, uma pessoa muito próxima, que estava há 20 anos nesta Casa, que veio a falecer por causa da Covid. Então nós queremos fazer esse registro e ressaltar que o propósito do Simers é servir aos médicos e à saúde; que a sua missão é garantir tranquilidade à vida do médico, mediante a prestação de serviços essenciais, priorizando o exercício profissional e defendendo o direito à saúde; que a visão é ser reconhecido nacionalmente, até 2025, como a melhor solução de apoio aos médicos, defendendo a saúde e a sociedade; e que os valores são atitude, audácia, agilidade, agente de mudança, trabalho em equipe, visão sistêmica, excelência e inovação.

Prestando aqui esse registro, através desta tribuna, queremos parabenizar o Simers e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, ajudaram na construção dessa entidade, que hoje é referência na representação de uma categoria tão respeitada por todos e pela sociedade civil organizada em geral, que é a categoria dos médicos. Fica aqui o nosso registro. Parabéns. Feliz aniversário e longa vida ao Sindicato Médico do Rio Grande do Sul. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra.

**Vereador Felipe Camozzato (NOVO):** Sr. Presidente, peço para deixar registrado aqui também os cumprimentos da bancada do NOVO pela justa homenagem ao Dr. Marcelo Matias e ao Dr. Marcos Rovinski. É um prazer estar aqui podendo fazer esta homenagem pelos 90 anos do Simers; estivemos há pouco conversando. O Simers é uma entidade que tem um valor imensurável para a sociedade gaúcha, e é um prazer poder tê-los aqui na Câmara e, obviamente, a bancada do NOVO está sempre à disposição, de portas abertas, para que possamos discutir e ampliar essa pauta da saúde, uma pauta tão importante, especialmente neste momento.

Então, parabéns ao presidente, ao Simers - Sindicato Médico, que venham muitos anos além desses 90.

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** Boa tarde, Presidente, colegas vereadores, gostaria de deixar aqui o meu carinho ao meu amigo querido, Dr. Marcelo Matias, sempre à frente do sindicato médico, ao Dr. Marcos Rovinski, que também está representando o sindicato. Noventa anos não são 90 dias. É muito tempo à frente de uma luta pela dignidade e pela preservação do direito dos trabalhadores da saúde, que estão sempre à frente, agora, nessa pandemia ainda mais, dedicando as suas vidas para cuidar das nossas vidas. Muito obrigada.



**Vereador Ramiro Rosário (PSDB):** Presidente Márcio Bins Ely, também não poderia deixar passar batido essa data. Tenho muito honra em ter o Dr. Marcelo Matias e o Dr. Marcos Rovinski, como amigos pessoais, e que aqui representam essa instituição, que tem a sua marca do trabalho na sociedade porto-alegrense, gaúcha e brasileira. O Simers, como bem disse o presidente na sua fala, vai muito além de cuidar dos médicos, para que eles tenham a qualidade de trabalho e a capacidade de, com a sua profissão, transformar a vida das pessoas; ele cuida da sociedade como um todo. E, nessa pandemia, o Simers teve um papel fundamental, esclarecendo a população sobre medidas, protocolos, dialogando com o governo e cobrando quando necessário. E eu tenho certeza que o Simers representou, muito além dos médicos, muitas pessoas, que não tem, a saúde, talvez, no seu dia a dia, na sua profissão, que se sentiram representadas pelas demandas apresentadas ao Simers, aos governos, nos mais variados entes federados.

Então, meus parabéns pelos 90 anos e sigam fazendo esse lindo trabalho. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Monica Leal está com a palavra.

**Vereadora Mônica Leal (PP):** Obrigada, Presidente, Marcelo, Dr. Rovinski, eu venho aqui, como vereadora e líder da bancada progressista, mas, especialmente, como cidadã, que observou o trabalho do Simers e que, pela primeira vez, durante muitos e muitos anos, esteve tão próxima do Simers. Eu quero contar aqui para todos que nos assistem que numa das vezes em que eu procurei o Simers foi quando mães médicas me questionaram sobre onde deixar os seus filhos, à medida que escolas estavam fechadas. Essas mães não tinham como trabalhar, atendendo e salvando outras vidas, pois precisavam, senão da escola funcionando, das suas funcionárias, como as babás, e pediam ajuda. Eu fui até o Simers, fui superbém atendida, e nós ali debatemos esse problema. Naquele momento, eu fiz um vínculo com o Simers, em especial com a direção do Simers, que não atende somente médicos. Naquele momento, eu entendi que o Simers estava atendendo a população, os cidadãos porto-alegrenses que passavam por uma catástrofe, como a pandemia, que tentavam administrar suas vidas pessoais, profissionais, e que pediam ajuda.

Então, eu venho, como mulher, principalmente, agradecer por essas mães que precisavam de ajuda, pois vocês, prontamente, se colocaram à disposição para abraçar essa causa. Eu tenho um orgulho enorme do Simers e quero aqui, de pronto, deixar o meu eterno apoio aos senhores, como profissionais, mas, principalmente, como seres humanos. Obrigada.

**Vereador Jonas Reis (PT):** Boa tarde a todas e todos, falo aqui como líder do Partido das Trabalhadoras dos Trabalhadores, em nome do Ver. Leonel, do Ver. Sgarbossa, da Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo. O Simers está sempre atrás e à frente das boas lutas, na construção duma medicina que o povo gaúcho precisa. Nós sabemos que essa é

uma profissão antiga, que vem lá do Egito. E é bom que se diga que lá, naquela época, já se faziam cirurgias importantes, audaciosas. Mas a gente sabe que foi na Grécia que essa profissão se desenvolveu e que se avançou nos diagnósticos de doenças. E, hoje, a gente tem aí muitos cientistas, pesquisadores da área da Medicina, inclusive em nível internacional, desenvolvendo várias vacinas. Então, não são só os médicos da ponta que nos ajudam no posto de saúde, nos hospitais, mas a medicina como um todo. Em nome do Simers, eu quero abraçar, aqui, essa importante profissão. Que esse sindicato sempre parceiro de Porto Alegre, em várias batalhas, tenha vida longa. Recordo-me de muitas reuniões que fizemos, quando era outra presidência e quando eu também estava à frente do Simpa, uma parceria de diálogo para o bom serviço público da capital. Então, fazemos este registro: vida longa ao Simers!

**Vereador Pablo Melo (MDB):** Sr. Presidente, só quero deixar o registro aqui, em nome da bancada do MDB, em meu nome e dos vereadores Idenir Cecchim e Lourdes, ao Simers, por seus 90 anos e pelo grande trabalho realizado junto aos porto-alegrenses e a todos os gaúchos. A nossa bancada está junto sempre nas boas pautas da saúde da nossa cidade e do nosso estado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereadora Fernanda Barth (PRTB):** Eu fico muito feliz de ver essa homenagem sendo feita aqui hoje. O Dr. Marcelo Matias é um parceiro, tivemos várias oportunidades de conversar durante a pandemia, inclusive, antes até, fizemos *lives* juntos, e ele sempre esclarecedor, numa posição de condução, de diálogo, de construção, e sempre do lado do médico e do ato médico. Então, a eu gostaria de deixar, aqui - em nome da bancada do PRTB, que sou eu, e em nome de todos aqueles que defendem que os médicos tenham a sua autonomia, que os médicos possam prescrever e serem defendidos no seu momento de trabalhar, que não sejam atacados, nem pela imprensa, nem por direções de hospitais, mas que tenham a sua integridade e o seu trabalho preservados e garantidos, e isso o Simers sabe fazer muito bem - os meus parabéns à sua condução e à homenagem que foi proposta pelo Presidente da Casa. É muito merecida.

**Vereadora Daiana Santos (PCdoB):** Colegas, vereadores e vereadoras, quero saudar os 90 anos do Simers, em nome da bancada do PCdoB, e falar que para nós é uma honra poder compartilhar desse momento. Eu, como sanitarista, entendo a importância desse movimento, desse momento, e dessa celebração, então fica aqui a nossa saudação registrada. Um abraço.

**Vereador Mauro Pinheiro (PL):** Boa tarde Presidente, boa tarde presidente Marcelo Matias, quero lhe cumprimentar pelos 90 anos do Simers e pela sua posição na frente desse sindicato. Eu aprendi, Presidente, na última semana, que o Simers é o maior sindicato da América Latina e, quiçá, do mundo. Então, a gente está

sempre aprendendo, aprendemos como Presidente. Então, quero lhe parabenizar e também pelo excelente trabalho que o Simers faz defendendo não só a sua categoria, mas a sociedade como um todo, pela importância que tem os médicos para toda a sociedade, principalmente nessa pandemia, em que o seu posicionamento e o posicionamento do sindicato demonstraram a clareza que os médicos e o sindicato tiveram durante essa pandemia. Parabéns pelos 90 anos, ao sindicato, e ao presidente pelo excelente trabalho. Um abraço.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Presidente Márcio, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores, quero aqui me inscrever para falar em meu nome, Ferronato, do meu partido, PSB, nesse momento em que se homenageia os 90 anos do Simers. Quero cumprimentar... (Problemas na conexão.) ...Matias; o estimado amigo Vice-Presidente, Marcos Rovinski; e a Mesa Diretora pela iniciativa dessa homenagem. E, repetindo, estou falando aqui em nome do meu partido, para registrar as minhas felicitações ao Simers pelos seus 90 anos, para a direção atual, bem como para as direções anteriores.

Hoje, se ouve falar, com propriedade, sobre a importância dos médicos no contexto das sociedades modernas e no contexto em que se vive nessa pandemia. Os médicos são, sim, hoje, mais reconhecidos e mais valorizados. Mas o meu registro é para dizer que, como sabemos todos os nós, os médicos têm um reconhecimento da sua importância pela totalidade da população brasileira, da população gaúcha e da nossa aqui de Porto Alegre, pelo importante serviço que presta à vida dos nossos cidadãos, homens e mulheres, portanto, eu quero desejar vida longa ao Simers, parabéns ao sindicato, e parabéns e cumprimentos à direção do sindicato, que tantos serviços nos presta. Um abraço, foi bom falar com todos e obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra em Comunicações.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Boa tarde, vereadores, vereadoras, Presidente, aos nossos representantes do Simers, queria fazer uma saudação especial ao representante aqui, principalmente num momento tão especial, nesse momento em que a gente enfrenta essa pandemia. Os médicos foram, sem dúvida nenhuma, os nossos heróis, pois foram eles que ficaram na linha de frente no combate dessa pandemia.

Mas eu venho aqui fazer uma reflexão - especialmente àquelas pessoas que nos acompanham em casa, que acompanham essa Casa legislativa, que colocam muita fé nesse coletivo de vereadoras e vereadores que foram eleitos para representar a cidade

- sobre o show de horrores que nós estamos acompanhando, Sr. Marcelo, na CPI da Covid-19. Fico pensando nessas mais de 430 mil mortes - os meus amigos, os teus amigos, os nossos familiares –, ou seja, se essas pessoas tivessem tido acesso à vacina. Faço isso, porque, nesse momento em que nós podemos acompanhar os depoimentos, nós entendemos que a negligência comandou esse país, pois foi essa negligência que fez com que mais de 430 mil mortes acontecessem no Brasil. Faço essa reflexão e fico pensando se aquelas 30 milhões de doses tivessem, Ver.<sup>a</sup> Karen, começado a ser negociadas lá em maio, ou se depois aquelas 70 milhões de doses tivessem sido disponibilizados à população brasileira, quantos amigos, quantos familiares não teriam perdido a vida. Quantas vezes nós não teríamos deixado de chorar? Quem sabe Paulo Gustavo, um humorista brasileiro, que comoveu o Brasil, não tivesse morrido, tombado, fruto da negligência do comandante desse Estado brasileiro, da negligência de quem disse que era só uma gripezinha, da negligência de quem não andava com máscaras nas ruas, da negligência de quem dizia para o povo ficar tranquilo e que podiam sair, como manada, nas ruas, porque nada de mal iria acontecer. Como se a economia pudesse se levantar diante do tombamento de tantas vidas. Eu fico me perguntando quantos amigos, parceiros, companheiros de luta, nós - eu, tu, o senhor Presidente -, poderíamos não ter perdido? Quantas sessões nós poderíamos ter economizado com as homenagens póstumas? Fico fazendo essa reflexão, porque eu chorei diversas vezes, mas muitos brasileiros e brasileiras – mais de 430 mil -, hoje, choram o luto de suas famílias, de pessoas que não voltam. Nós não vamos vê-las mais, em razão da negligência de quem, hoje, vai a público dizer que “tem alguns idiotas que ainda ficam em casa”. Esse é o Presidente do Brasil, esse é o que negligenciou tantas vidas, esse é o homem de comando desta Nação, que ainda encontra eco Brasil afora, inclusive aqui em Porto Alegre. O nosso Prefeito Sebastião Melo se elegeu dizendo que, se preciso fosse, entraria num consórcio e compraria vacina, mas, hoje, a capital deste Estado, uma cidade como Porto Alegre, vivencia dias de horrores, com falta de vacinas, com as pessoas madrugando nas filas para ter garantida a sua dose de direito, a sua segunda dose. Até quando a negligência vai nos comandar? Até quando a negligência vai ecoar? Até quando a fome, fortalecida pela negligência, vai bater nas nossas portas?

Eu encerro, manifestando a minha solidariedade total aos que mais morreram: ao povo das nossas periferias. Estamos falando de frentistas de postos de gasolina; dos operadores de caixa; motoristas de ônibus; vigilantes; garis. Esses são os invisíveis e os invisibilizados pelo poder público. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Presidente; Marcelo; colegas, todos que nos acompanham, em nome da nossa bancada – do Ver. Marcelo, nosso suplente que hoje está foi empossado, conselheiro tutelar; do Ver. Gilson Padeiro;

do Ver. Ramiro Rosário, que já se pronunciou sobre a importância do trabalho que vem sendo feito, não só pela entidade, mas, sim, pela comunidade médica. Nesse momento, não poderia deixar de me manifestar, pois todos sabem que, infelizmente, fiquei um tempo hospitalizado, por causa da pandemia, e as pessoas, Dr. Marcelo, não têm noção do que a comunidade médica tem passado lá dentro.

E eu quero lamentar, novamente, pelo indivíduo que fez um vídeo, algo infeliz, dentro do Hospital Moinhos de Vento, falando que não via vítimas, não via famílias, dando a entender que parecia que não tinha pandemia. Se chegar a minha manifestação a esse cidadão, eu quero deixar claro que eu entendo que é uma crueldade o seu desconhecimento. Hoje, neste mundo, as pessoas querem fazer *likes*, curtidas, compartilhamentos. Nos dias em que fiquei no hospital e fui para a UTI, chamou-me muita atenção que a comunidade médica, para abordar cada paciente, arrancam o seu avental, retiram as suas luvas, colocam novo avental, colocam novas luvas, e vi cenas que, certamente, me modificaram para o resto da vida. Eu cheguei a comentar que a comunidade médica merecia uma sociedade melhor, ela merecia, de nós, uma população mais consciente. Eu tenho um problema que é generalizar, então, não posso dizer que é toda a população, mas grande parte da população deveria ser mais consciente e honrar a comunidade médica, os enfermeiros, os técnicos de enfermagem, os médicos. É extremamente importante que a gente tenha noção da dívida social com a comunidade médica. Eu saúdo, em nome da bancada, em nome do nosso mandato, em nome das porto-alegrenses e dos porto-alegrenses, que a gente representa nesta Casa, a sua luta, que visa o atendimento e a defesa de uma categoria, que necessita de uma sociedade mais consciente. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Presidente, demais colegas, boa tarde a todos, vou falar, rapidamente, aqui, em nome da bancada do PSL. Em primeiro lugar, parabênizo o Simers pelos seus 90 anos. Dr. Marcelo Matias e Dr. Marcos, parabéns pelo desempenho do Simers frente à pandemia. Reforço as falas dos colegas vereadores a respeito do ato médico. No ano 2000, fiz o curso técnico de Administração em Saúde Hospitalar e tenho muitos amigos na área da saúde, inclusive muitos amigos médicos.

Também quero fazer uma homenagem muito especial ao meu amigo Dr. Armando, médico psiquiatra do Instituto Psiquiátrico Forense, que é servidor há mais de 30 anos. Dr. Armando, um forte abraço e parabéns, pelo seu desempenho de muitos anos frente ao sistema penitenciário do Rio Grande do Sul.

Os médicos, junto com os enfermeiros, com os técnicos de enfermagem e com os profissionais em geral da área da saúde vêm fazendo um excelente, um brilhante trabalho nessa questão da pandemia, enfrentando polêmicas diárias. Aqui nesta Casa,

nós conseguimos aprovar uma moção importante, que fortalece os trabalhos médicos, principalmente quando receitam medicamentos que vão ao encontro de quem mora em Porto Alegre, da população da nossa cidade, no intuito de fazer o tratamento preventivo para diversas doenças. O médico tem que ser respeitado. Há pouco tempo, eu estava conversando com a minha filha, ela tem dez anos, e o sonho dela é ser médica. Eu disse para ela estudar, estudar muito, pois uma faculdade de Medicina não é barata, a UFRGS é muito concorrida e em qualquer lugar do mundo se precisa de médicos.

Então, um abraço, uma homenagem muito especial, em nome da bancada do meu partido, para os médicos da nossa cidade, para o Simers, é muito bom poder contar com vocês e ter a certeza que estamos tratando com profissionais preparados e habilitados para cuidar da saúde da nossa população. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.<sup>a</sup> Laura Sito.

**VEREADORA REGINETE BISPO (PT):** Boa tarde a todas e a todos; boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely, público que nos acompanha pela TVCâmara e pelo YouTube, e o nosso cumprimento especial ao Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, representando a categoria dos médicos. Noventa anos é muito tempo, um bom tempo, muito tempo de luta. Quero dizer que hoje é um dia muito especial, porque também representa, hoje é 17, a luta de muitos trabalhadores do nosso País que lutam para ter acesso à saúde de qualidade: é o dia dos recicladores, dos catadores e catadoras de material reciclável. Quero estender a minha homenagem a essa população, que representa aquele povo que foi excluído de todos os processos e que encontrou, na reciclagem do lixo, uma forma de ganhar a vida e de se sustentar. Nós temos trabalhado incessantemente para que o Sistema Único de Saúde, para que a assistência médica chegue para cada uma e cada um dos cidadãos do nosso País. Nós sabemos que o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul tem trabalhado de forma exaustiva, para que não falem profissionais qualificados atendendo à nossa população em qualquer recanto do nosso Estado, nas periferias. Quicá isso também esteja acontecendo em todo o País, porque nós sabemos que o médico, normalmente, é a última esperança no caso de doença, de falta de acesso à saúde. Ter acesso à saúde é tudo o que o povo quer, especialmente neste momento de pandemia, quando os profissionais da saúde, especialmente os médicos, os enfermeiros, são chamados para estarem na linha de frente, defendendo e salvando o povo, muitas vezes, sem condições materiais, sem condições emocionais, mas não desistem, estão ali enfrentando este quadro terrível. Muitas vezes, são colocados numa situação delicada de ter que enfrentar problemas ideológicos, como, por exemplo, no caso do *kit* Covid, ficando na mão de vocês essa responsabilidade. A gente tem visto muitos médicos serem responsabilizados por um problema que não foi criado por eles. Eu quero parabenizar o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, na sua pessoa, e estender isso a toda a categoria dos médicos e dos

profissionais da saúde, que são imprescindíveis para a democracia, porque, se nós não temos acesso à saúde, não temos acesso à vida. Vocês têm muito compromisso, muita responsabilidade, e nós reconhecemos isso. Parabenzamos o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, e viva o Simers, viva o SUS, que todos os brasileiros e brasileiras tenham acesso à saúde e ao médico, um médico de qualidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo.

**SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre De Cerimônias):** Sr. Presidente, gostaríamos de registrar a presença do Dr. Jefferson Boeira, diretor da Região Metropolitana do Simers.

Neste momento, convidamos o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre a fazer a entrega do diploma ao presidente e vice-presidente do Simers pela data dos 90 anos do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul.

(Procede se à entrega do diploma.)

**SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre De Cerimônias):** O Dr. Marcelo Matias, presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

**SR. MARCELO MATIAS:** Boa tarde a todos, eu gostaria de agradecer, inicialmente, ao Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Sr. Ver. Márcio Bins Ely, que, junto com a Mesa diretiva, nos deu o prazer e a honra de estamos hoje aqui presentes. Isso será algo nunca esquecido pela importância e pela felicidade que eu tenho de poder participar de um momento como este, que foi criado a múltiplas mãos durante nove décadas. Eu tenho que agradecer e reconhecer principalmente aos médicos, médicos esses que criaram o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul num momento em que as condições de trabalho não eram o foco principal, mas, sim, a defesa da profissão, a defesa, lá atrás, do ato médico, a definição do que era ser médico. Médicos inovadores, médicos corajosos, médicos que tiveram uma visão de futuro e criaram o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul. Ao longo do tempo, foram substituídos por novas gerações de médicos, e esses médicos, além de fazerem o seu atendimento, além de valorizarem os seus pacientes, tiveram a visão que fez crescer aquele sindicato. Justamente por isso, cabe o meu agradecimento, porque ninguém chega onde chega sem ter tido mérito, trabalho, vitória, conquistas e lutas dos que antecederam. Nesse aspecto, eu quero agradecer a todos os médicos, sócios ou não do sindicato, mas, especialmente, aos sócios, que foram aqueles que nos oportunizaram a possibilidade de estar hoje aqui diante da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, médicos que enxergaram a possibilidade da mudança, médicos que acreditaram num

projeto, médicos aos quais eu, pessoalmente, a minha diretoria, de maneira mais ampla, e o sindicato, de uma maneira completa, devemos muito. Devemos todo o nosso trabalho, toda a nossa luta, todo o nosso empenho sete dias por semana, vinte e quatro horas por dia, porque ele é a razão primaz da nossa existência. De qualquer forma, é fundamental a gente saber que só existe sindicato médico, porque existe a medicina, e só existe a medicina graças aos nossos pacientes. Portanto, a todos vocês, a nós, que também somos pacientes muitas vezes, mas, especialmente, àqueles que deram o seu corpo, para que nós aprendêssemos e nos dão a honra de acreditar no nosso trabalho em nome da sua saúde, o nosso muito obrigado. Não existiria a medicina, não existiria o sindicato médico se não fosse a importância do trabalho e se não fosse a importância dos pacientes. Portanto, a eles todo o nosso reconhecimento, todo o nosso agradecimento.

O certo é que, nesses 90 anos, foi construída a estrutura hoje conhecida como o Simers, o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul. O Simers é uma estrutura que tem 170 colaboradores, é o maior sindicato médico do Rio Grande do Sul, aqui nós somos cinco; do Brasil, onde somos inúmeros; da América Latina, independente de quantos forem; e estamos procurando descobrir se somos efetivamente aquilo que achamos que somos, o maior sindicato médico do mundo. Por que nós somos o maior sindicato médico do mundo? Porque nós somos mais do que uma entidade que, pura e simplesmente, faz atividade sindical. Sim, a atividade sindical é fundamental para nós, mas nós também fazemos uma atividade de assistência ao médico, de apoio ao médico no seu trabalho, de apoio ao médico no seu dia a dia, de apoio ao médico, quando esse quer inovar e quer crescer, quando precisa abrir o seu consultório, quando tem o seu emprego, ou quando não tem o seu emprego e não tem condições de trabalho. O nosso objetivo é que o Simers esteja ao lado do médico 24 horas do dia, em quaisquer que sejam as ações que esse médico esteja envolvido. E há uma questão muito importante: o sindicato, sim, atua em política, mas o sindicato não tem lado em política, o sindicato tem o lado de lutar pela categoria. Nós defendemos a liberdade, nós defendemos que o médico que precise do sindicato para qualquer lado vá encontrar, nas nossas estruturas, um abraço e uma recepção às suas necessidades. Justamente o aspecto livre do sindicato vem ao encontro de que ele não é um sindicato de partido político, ele é um sindicato de defesa da categoria. Uma das coisas mais importantes acerca da importância de o sindicato ser livre é o fato de que o sindicato recebe todos os médicos. E uma coisa fundamental: quando a gente recebe todos os médicos de todos os vínculos, de todas as condições de trabalho, a gente está defendendo a condição de trabalho do médico, que vai acabar redundando numa das atividades mais nobres do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul, que é defender a saúde da população. Não existe país com saúde adequada, se os médicos não têm condição de trabalho, o que significa que, sempre que o Simers atua em nome das condições de trabalho do médico, ele está atuando em nome da população. Sempre que nós temos um médico com condições de trabalho, a gente tem um paciente satisfeito. Por isso, não são coisas dissociáveis, nós sempre estamos juntos.

É importante citar quem é o médico. O médico é um indivíduo que,



provavelmente, foi um bom aluno no colégio, fez o vestibular mais difícil e entrou na faculdade mais longa. Após a faculdade, ele teve que fazer um grande número de especializações, que demoram três, quatro, cinco anos. Cai no mercado de trabalho e, como regra, trabalha 40, 50, 60, cem horas por semana. É um indivíduo que é médico 24 horas por dia. Isso tem um custo. Os trabalhos científicos demonstram que os médicos morrem mais cedo do que a população e, especialmente, que as médicas mulheres morrem mais cedo do que a população geral. Justamente por isso, nós precisamos chamar atenção sobre a ação dos médicos junto, ao lado e abraçados aos nossos colegas profissionais de saúde durante a pandemia. A pandemia foi um momento que explicitou as dificuldades do sistema de saúde, explicitou a importância da política prévia, que poderia ter criado um sistema mais amigável, e hoje, durante a pandemia, quando a gente nunca tem certeza absoluta do que é que virá dos entes governamentais num sentido mais amplo. O médico, lá na ponta, junto a enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas, junto a todos os colegas que trabalham 24 horas por dia, está exposto a todo esse turbilhão político que nós enfrentamos. E o mais importante: hoje nós sabemos algo mais sobre o vírus. Quando iniciou, nós não conhecíamos adequadamente, nós não tínhamos EPI, nós não tínhamos leitos de UTI, nós não tínhamos capacidade de internar os pacientes que tinham indicação de internação. Isso teve um preço muito alto, muitos médicos faleceram durante os seus atendimentos na pandemia. A isso nós fizemos um memorial dentro do Simers, que vai reconhecer aqueles soldados – sim, soldados – que tombaram durante a pandemia. Vamos eternizar os seus nomes na entrada do sindicato, para que as futuras gerações se lembrem da luta e do trabalho desses profissionais, que colocaram a sua vida em risco em nome da categoria. Nesse aspecto, é absolutamente fundamental nós entendermos que o que nós somos hoje, aos 90 anos, é fruto de todos os nossos antepassados, é fruto de todos os colegas que lutaram, para se unir para produzir uma medicina melhor. O que nós vamos deixar para quem vai nos suceder é a tentativa de fazer um sindicato cada vez mais livre, cada vez mais defendendo o médico, cada vez mais defendendo a saúde, atuando na saúde ou fora dela, com o objetivo de fazer o bem para a sociedade.

Eu gostaria de agradecer profundamente a esta Câmara de Vereadores, que sempre nos recebeu de portas abertas, sempre nos deu espaço para defendermos aquilo que julgávamos mais adequado e sempre foi muito cortês, concordando ou discordando da gente. O objetivo da democracia não é que a gente concorde em tudo, o objetivo da democracia é exatamente o que vocês sempre fazem aqui, é debater ideias, para que a gente consiga trabalhar em nome da população, e é exatamente isso o que os médicos fazem. Estão agora, estarão amanhã e estarão sempre trabalhando pela população. Em nome do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul e em meu nome, eu gostaria de agradecer a esta Câmara de Vereadores e, especialmente, à população de Porto Alegre, que nos deu a honra de se deixar ser atendida por nós. Muito obrigado a todos. Será guardado com o maior carinho não só o que recebemos da Câmara de Vereadores, mas as lembranças e as memórias de um dia que, para mim, é inesquecível. Muito obrigado a todos vocês, muito obrigado à nossa população.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Agradecemos a presença do Sr. Marcelo Matias, presidente do Simers. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h22min.)

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h29min:** Estão reabertos os trabalhos. Hoje temos o comparecimento do Sr. Paulo Roberto da Silva Ramires, diretor-presidente da EPTC, que abordará o assunto relativo ao Maio Amarelo.

**SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre De Cerimônias):** Convidamos para compor a Mesa dos trabalhos o Sr. diretor-presidente da EPTC, Paulo Roberto da Silva Ramires.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Sr. Paulo Ramires está com a palavra.

**SR. PAULO ROBERTO DA SILVA RAMIRES:** Boa tarde, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, com a sua permissão e em seu nome, cumprimento os demais vereadores e agradeço pelo espaço. Venho hoje chamar a população de Porto Alegre, através da Câmara Municipal, seus representantes, para se engajarem no movimento do Maio Amarelo. Maio Amarelo, é um movimento mundial, senhores, que ao longo do mês de maio nós trabalhamos questões de sensibilização do trânsito, de segurança no trânsito, para que a gente possa sensibilizar a população para os altos índices de acidentalidade e os índices de morte no trânsito da cidade de Porto Alegre.

Criada em 2011, através da Organização Mundial das Nações Unidas, para chamar a atenção... Foi promulgada a década de redução no número de acidentes de trânsito, nós, como cidade, fizemos parte, aderimos à campanha desde 2011, e viemos trabalhando com o propósito de redução, cuja meta era a redução de 50% do número de mortes até o ano de 2020, o que foi atingido em Porto Alegre em 2018. No mês de maio, com o conceito de que no trânsito sua responsabilidade salva vidas, estamos desenvolvendo diferentes campanhas a fim de sensibilizar a sociedade porto-alegrense para que cada um de nós faça a nossa parte no trânsito, para que a gente possa realizar a empatia e a responsabilidade com os demais. Dentre as ações que estamos promovendo ao longo do mês de maio, destacamos três ações que tentam sensibilizar a sociedade. A primeira delas, que a população já deve ter percebido nas ruas da cidade, se destaca pela colocação de manequins amarelos, senhores vereadores, instalados durante o dia em diferentes pontos da cidade com a intenção de chamar a atenção dos transeuntes e da população. Esses manequins não significam apenas os pedestres, eles não trazem a sensibilização apenas para os pedestres, mas a nossa intenção é justamente chamar a atenção de que o trânsito é feito por pessoas. Atrás de cada volante, quem conduz os

veículos, estão seres humanos, então os veículos, senhores, fazem parte, estão inseridos na nossa sociedade e depende de cada um de nós a responsabilidade na sua condução.

A segunda ação que a gente tem desenvolvido se chama No Limite da Via, onde a gente realiza abordagem a condutores que após verificado, através do radar eletrônico, que estão andando dentro do limite permitido da via, os nossos agentes conseguem ter uma oportunidade de agradecer, de parabenizar esses condutores por estarem desenvolvendo uma condução segura, estarem desenvolvendo a empatia e a responsabilidade no trânsito.

A terceira e tão importante quanto às outras, se chama Pedestre Seguro. São ações que nós estamos realizando em diferentes pontos da cidade, onde nós temos a oportunidade de conversar com o pedestre, de forma a sensibilizá-lo também, e que ele é uma parte responsável e muito importante no trânsito. Ele, no seu deslocamento, precisa, senhores, adotar também postura de respeito às normas, de respeito ao trânsito, e se colocar de forma segura, para que, a partir da sua empatia com os demais atores do trânsito, a gente possa buscar a redução desse número de acidentes. Para os senhores terem uma ideia, chamar atenção nesse momento de retomada da nossa economia, da nossa movimentação na cidade, após esse período todo que a gente vem passando em função da pandemia, é muito importante, senhores. Se nós pegarmos os dados de acidentalidade do mês de abril, os acidentes com óbitos no mês de abril de 2021, nós tivemos seis mortes no trânsito na cidade de Porto Alegre; se compararmos com o período do ano passado, o mesmo período no mês de abril, nós tivemos duas mortes, significa um aumento de 200%. Então, com essa retomada, essa movimentação que a gente vem retomando na cidade, o aumento do volume, o aumento no número de deslocamentos das pessoas, é importante, é fundamental que as pessoas percebam que não dá para continuar com aquele relaxamento que nós tínhamos, quando identificávamos as vias mais vazias em função da pandemia e da reclusão social que a gente estava vivendo. Nessa retomada, a sensibilização e a responsabilidade de cada um é muito importante, e eu venho hoje aqui, através da Câmara Municipal, convidar a sociedade de Porto Alegre para se juntar a nós no movimento do Maio Amarelo, para que a gente possa reduzir cada vez mais a acidentalidade no nosso trânsito, a vitimização no nosso trânsito.

Para os senhores terem uma ideia, para a sociedade ter uma ideia, os programas que a gente vem realizando na EPTC, que buscam a sensibilização e a redução do número de acidentes, no ano de 2020, nós encerramos o ano, infelizmente, com 64 vidas perdidas. Esse número, se nada tivesse sido feito, desde 2011 para cá, teriam sido 152 vidas perdidas no trânsito de Porto Alegre. Então, a responsabilidade de cada um de nós, a empatia e a nossa sensibilização no deslocamento seguro, seja através dos diferentes modais, através dos diferentes papéis que nós estivermos executando nos nossos deslocamentos, a pé, de bicicleta, de motocicleta, de ônibus, o nosso comportamento seguro, a nossa responsabilidade com o próximo vai fazer muita diferença. Então, Presidente Mônica, venho, neste momento, convidar a todos os vereadores, convidar a sociedade para se juntar à EPTC, para se juntar a nós na campanha do Maio Amarelo, para chamar a atenção da sociedade na redução das mortes

no trânsito da cidade de Porto Alegre. A nossa equipe vai entregar a fitinha amarela para os senhores. A sensibilização e a participação na campanha, basta a gente colocar a fitinha amarela, com o *pin* na lapela, e demonstrar para toda a sociedade que nós estamos, sim, engajados por um trânsito melhor, um trânsito mais seguro na cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Convidamos o Sr. Paulo Ramires a fazer parte da Mesa. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Mônica, comandando os trabalhos. Quero aqui, em nome da nossa bancada, meu e da Mônica, lhe desejar um ótimo mandato. Tenho conversado com o amigo, o amigo tem diálogo, nós precisamos de equilíbrio, nós precisamos de bom senso na cidade, e eu tenho certeza que as vindas em que o amigo faz aqui, fazem esse elo crescer cada vez mais. Nós queremos ajudar, e tenho certeza de que a EPTC também quer uma cidade com um trânsito melhor. Essas campanhas de conscientização são muito bem-vindas, traga a esta Casa, divulgue conosco, porque o cidadão precisa de informação, e eu acredito que esse tipo de campanha venha ao encontro da sociedade, para que haja diálogo, haja bom senso, e nesse sentido a nossa bancada lhe solidariza. Conte também com o nosso apoio, se precisar, a nossa bancada está aqui, a Ver.<sup>a</sup> Mônica e o Ver. Cassiá, com o sentido de ajudar, para atrapalhar tem um monte de gente, mas para ajudar é que nós queremos, para que nós tenhamos uma cidade concreta, de diálogo, de conscientização, de harmonia com a sociedade. Meus parabéns, conte com a nossa bancada, estamos à disposição.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Ramires, eu queria te parabenizar aqui, porque és uma pessoa que vi várias vezes na rua, e isso significa que terem te escolhido como diretor-presidente é um símbolo dessa relação direta com a rua e com as pessoas. Acho que foi uma boa escolha. Nós, logicamente, somos muito atentos às políticas de mobilidade urbana e esperamos que também, desta vez, com certeza será, uma EPTC voltada para o trânsito da mobilidade ativa, principalmente. Eu costumo dizer que não é nada mais do que seguir a lei, está lá na lei as prioridades no trânsito: o pedestre, a bicicleta, o transporte coletivo acima de tudo, e, por fim – não por último, mas por fim –, o transporte motorizado individual, o sujeito que está de carro. Realmente, é uma tarefa revolucionária mudar a cabeça das pessoas para mostrar que ninguém é mais importante no trânsito, mas tem que tomar decisões que priorizem o

tempo e o espaço na cidade. Não tenha receio, eu diria, de tomar as decisões necessárias para fazer de Porto Alegre uma cidade mais humana, é disso que estamos falando, e, muitas vezes, tem que tirar espaço dos carros, tem que dar mais tempo nas sinalizas para os pedestres. Vocês devem lembrar dessa nossa briga, a Ver.<sup>a</sup> Mônica estava por aqui, nós conseguimos aprovar na Câmara um projeto que aumentava o tempo das sinalizas, e a cidade teve um teste, que até hoje ficou marcado na história, não vou entrar na polêmica, porque esse dia, o dia 29 de abril de 2014, ninguém morreu atropelado em Porto Alegre por conta desse teste, que eu tenho as minhas críticas, mas, enfim, passou. O fato é que ali ficou a marca da priorização de quem caminha na cidade, e como você falou do pedestre, na tribuna, tem todo o nosso apoio para gente priorizar os mais fracos nessa corrente do trânsito.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra.

**VEREDORA KAREN SANTOS (PSOL):** Saudar, diretor Ramires, a iniciativa, essa campanha da EPTC, importantíssima. Eu, enquanto jovem, adolescente, perdi muitos amigos devido à falta de educação no trânsito. Eu acho que é fundamental a gente resgatar essas campanhas de conscientização, principalmente para os nossos jovens, muitas vezes, no final de uma balada, no final de uma festa não tem opção de utilizar um Uber de forma responsável. Eu acho que é fundamental a gente conseguir combinar essa campanha nas escolas, combinar essa campanha na saída das baladas, justamente, para a gente conseguir alertar o nosso povo porto-alegrense em relação a esses males que são causados pela nossa falta de conscientização e de responsabilidade no trânsito. Saudar a iniciativa, para que a gente consiga extrapolar esse evento que nós estamos organizando aqui, para que de fato chegue no cotidiano da população, principalmente da nossa juventude, que muitas vezes não tem dimensão dos males ocasionados pela combinação de bebida e trânsito. É essa a minha perspectiva, é minha vontade que essa campanha se realize de fato, lá embaixo, na sociedade.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Obrigado, Presidente Mônica. Ramires, falo em nome da bancada do PSDB – Ver. Ramiro, Ver. Gilson Padeiro, Ver. Marcelo e também o Ver. Kaká, que está licenciado –, inclusive, o Ver. Ramiro e eu estávamos tirando no palitinho para ver quem é que ia falar. Nós temos uma manifestação que é recorrente sobre a EPTC aqui. A EPTC, para nós, há muito tempo, além do seu quadro qualificadíssimo de técnicos, do ponto de vista de pensar a

educação do trânsito, de pensar fora da caixa, muitas vezes, porque traz toda a discussão do modal do transporte, a conexão de outros meios de se locomover, a concepção que a cidade tem das ciclovias, a EPTC tem feito um trabalho brilhante nos últimos anos, através das diretorias, dos servidores que passam por lá. É um grande acerto dessa gestão, a gente parabeniza o prefeito Sebastiao Melo, o vice-prefeito Ricardo Gomes, pela escolha. Através de ti, a gente tem certeza de que a EPTC está em boas mãos, com os seus funcionários, com o seu quadro técnico importante. Então, em nome da bancada do PSDB, eu me sinto honrado em ser o porta-voz, de saudar a EPTC, em seu nome, e dizer que a bancada do PSDB sempre continuará à disposição de V. Exa. e de toda a EPTC.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Giovane Byl está com a palavra.

**VEREADOR GIOVANE BYL (PTB):** Boa tarde, presidente Ramires, quero te dizer que é motivo de muita alegria recebê-lo aqui na Câmara de Vereadores. Saudar pela iniciativa, mas principalmente a ti como pessoa, como gestor público, que hoje está à frente da EPTC, tu que percorreste praticamente todas as etapas da EPTC, como agente comunitário, esteve na rua, então, com certeza, a EPTC está nas mãos de alguém e que tem muita propriedade e conhece toda a infraestrutura e todas as pontas de EPTC. Como vereador de Porto Alegre, eu me sinto contemplado por ter uma pessoa com o teu perfil à frente da EPTC. Temos muitos desafios, temos muitas pautas e precisamos da EPTC nas periferias de Porto Alegre, com a sinalização nas escolas, nas creches comunitárias. Temos muitas entidades conveniadas com a Prefeitura, muitos... (Problemas na conexão.) ...dentro das comunidades, que precisam de uma atenção em sinalização para a segurança das nossas crianças, dos nossos adolescentes, também quem pratica o *skate*, perto das pistas de *skate*, muita educação de trânsito, para aqueles que se locomovem na cidade, das mais diversas formas, venham ter segurança no trânsito. Eu tenho certeza que tu farás um bom mandato e estarás atento a essas questões. Mais uma vez, parabéns pela ação e pelo mês do Maio Amarelo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Quero aqui comemorar, Presidente Mônica, presidente da EPTC, essa campanha importante; como faz falta responsabilidade no trânsito. Eu conheço muitos servidores que trabalham no HPS, todos os dias são muitos acidentes, por questão do indivíduo se sobressair ao coletivo, por isso a importância das políticas públicas relacionadas ao trânsito, não só no

processo da punição, porque é importante, sim, aquele que ataca a lei ser punido, mas o processo educativo, esse sim tem uma maior capacidade de gerar frutos de longo prazo. Muitas vezes, a multa ajuda, claro, naquele momento, mas se a sociedade não elege como fundamental conhecer as leis, reproduzir o conhecimento sobre, nós podemos estar avançando no futuro com mais violência no trânsito e menos responsabilidade. Por isso, que o Maio Amarelo seja esplendoroso nesta cidade, e que as pessoas se conscientizem. Este é o meu desejo: que o trânsito não seja uma arma, como muitas vezes é, ceifando muitas vidas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Pablo Melo está com a palavra.

**VEREADOR PABLO MELO (MDB):** Presidente Mônica, presidente Ramiro, quero parabenizar a EPTC por essa grande atitude, por esse grande movimento do Maio Amarelo, de conscientização, de responsabilidade no nosso trânsito aqui da capital. Também vim aqui parabenizá-lo pelo grande trabalho que vêm realizando na nossa EPTC, o caminho é esse, é a educação, é ser uma EPTC orientativa e não arrecadatória. É por isso que nós lutamos, com isso nos comprometemos durante a eleição, e é isso que tem sido feito pelos grandes quadros técnicos que nós temos na nossa EPTC. Por isso, presidente Ramiro, meus parabéns pelo Maio Amarelo e por todo trabalho que vem realizando desde o início do nosso governo. Um abraço fraterno e boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O José Freitas está com a palavra.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Presidente Mônica, colegas vereadores e público que nos assiste; diretor Ramiro, foi uma boa escolha que o prefeito fez, pelo fato de o senhor conhecer o trabalho a campo. A gente sabe que conscientizar pessoas é um trabalho muito árduo. A EPTC tem esse trabalho de conscientização, é um trabalho muito árduo, tem um trabalho nas escolas também, inclusive, esse trabalho deve ser ampliado nas escolas, de conscientização. A EPTC está de parabéns, quero desejar saúde, desejar felicidade, que você venha ter, à frente da EPTC, sucesso. Conte conosco, com a esta Câmara; o meu gabinete está à disposição, assim como o do Ver. Alvoní, enfim a nossa bancada do Republicanos. Saúde, felicidades.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Ver.<sup>a</sup> Mônica, que bom lhe ver conduzindo os trabalhos, uma mulher desta casa. Presidente Paulo Ramires, eu vim aqui saudar essa campanha, dizer que é fundamental. Eu nasci e me criei na Vila Cruzeiro, e por muitos momentos, na Av. Tronco, nós víamos nossas crianças serem atropeladas em virtude da falta de informação, pela falta de educação de trânsito. Muitas vezes, as nossas crianças não têm espaço para brincar e, às vezes, a rua é o nosso espaço. São nas ruas que as nossas crianças jogam futebol, Ver.<sup>a</sup> Mônica, jogam taco, brincam. A gente vê ali a Av. Tronco se fazendo de parque, e com ela vem muitas preocupações, porque os carros passam cada vez com uma velocidade maior. Então, essas campanhas são fundamentais para as nossas crianças. É importante ter um olhar para dentro da comunidade, é importante ter um olhar que envolva as lideranças comunitárias, mas também é importante ter um olhar para a cidade, de quem dirige, de quem tem a responsabilidade de conduzir um veículo, e esses veículos não podem ser armas. Em nome da bancada do PCdoB, vou saudar a tua presença na Casa, mas saudar principalmente essa campanha que é fundamental.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sra. Presidente, prazer revê-la novamente nessa cadeira, nesse espaço. O Ramiro tem sido um grande parceiro da mobilidade na cidade de Porto Alegre, tivemos algumas reuniões para tratar do tema dos aplicativos, dos taxistas, e junto do Záchia não tem medido esforços para melhorar, não somente o sistema viário da cidade, mas melhorar o sistema que nós usamos, seja de transporte de ônibus, seja de lotação, táxi, aplicativo e todos os modais que vêm chegando na cidade de Porto Alegre. É um grande gestor que a nossa cidade tem o prazer de ter e de discutir os temas tão importantes da nossa cidade, como o trânsito e, o principal deles, a vida. Meus parabéns, vida longa à EPTC e a tua gestão, lá na frente da EPTC.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Diretor-presidente da EPTC, Paulo Ramires, como o senhor pôde observar, os vereadores, os parlamentares desta Casa sempre muito preocupados com o trânsito, com a cidade de Porto Alegre, com a segurança e com a responsabilidade. Eu ousou dizer que a capital do Rio Grande do Sul se tornou, em termos de idade, aquela que tem mais idosos, e isso justamente nos preocupa dobrado, porque são essas pessoas que precisam atravessar e andar pelas ruas, em sinaleiras, que, por vezes, são muito rápidas, os carros que correm além daquilo que é permitido. Eu aqui faço um pedido, como parlamentar, como cidadã, que os senhores continuem com essas campanhas, mas que abracem



também a campanha para os pedestres mais idosos, porque é muito importante que os motoristas se conscientizem, se responsabilizem por cada uma dessas pessoas com mais idade, que perdem a agilidade; eles necessitam de conscientização. Muito obrigada.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h52min.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h54min:** Estão abertos os trabalhos. Retornamos ao período de Comunicações.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Obrigado, Presidente Mônica Leal. É uma alegria sempre vê-la ocupando esta cadeira, a senhora tem aqui uma longa tradição; fui colega do seu pai, como vereador aqui nesta Casa, seu colega, suas defesas sempre elegantes do ponto de vista, a sua defesa permanente dos seus temas de maior luta. Inclusive, acho importante registrar, essa batalha histórica onde nós temos divergências, divergências profundas até, mas reconheço essa batalha histórica, seu compromisso com o povo judeu é algo que sempre marcou esta Casa sucedendo o Ver. Isaac Ainhorn. Temos as nossas divergências, mas reconheço a sua coerência.

Presidente Mônica, a minha Questão de Ordem é em relação à Ordem do Dia, que o Ver. Giovane Byl pediu, com razão, que fosse incluído o PLL nº 139/21 na Ordem do Dia de hoje; e eu peço mais, tamanha é a audiência desta nossa sessão e a extensão do horário, eu peço que esse PLL nº 139/21, do Ver. Giovane Byl e outros vereadores, que trata exatamente das verbas para as creches comunitárias, seja o primeiro projeto a ser votado na Ordem do Dia.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Ver. Pedro Ruas, o senhor pode fazer um requerimento para ser votado em plenário.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que o PLL nº 139/21 seja a primeira matéria a ser apreciada na Ordem do dia.

Faço o requerimento porque é uma questão de alimentação para as crianças das creches comunitárias. Não é força de expressão, é algo que importa para a manutenção da vida.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Será colocado em votação assim que abirmos a Ordem do Dia.

**Vereador Felipe Camozzato (NOVO):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Mônica. Gostaria apenas de informar ao plenário que nós fizemos um acordo com os vereadores que estavam com projetos na Ordem do Dia para colocar, assim que iniciar o período – o Ver. Pedro Ruas talvez... (Problemas na conexão.) ...desse acordo –, colocar o meu projeto, que era o primeiro; na sequência o, projeto do Ver. Moisés; depois, o do Ver.

Giovane Byl; e depois as moções. Portanto, nós alteraríamos a ordem de votação, respeitando justamente as prioridades definidas pelo colégio de líderes e consultando os autores dessa matéria. Fizemos esse acordo.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Poderia explicar de forma objetiva, Ver. Felipe Camozzato?

**Vereador Felipe Camozzato (NOVO):** De forma objetiva, a gente fará o requerimento – e eu pergunto se atende à solicitação do Ver. Pedro Ruas –, para que fique como primeiro o meu PL, que hoje está em terceiro na lista, na sequência o PL do Ver. Moisés, depois o PL do Ver. Byl e depois as moções programadas. Tivemos o cuidado de conversar com os autores para respeitar as ordens e fazer essas construções.

**Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia. Após retornaremos à ordem normal.

**Vereador Giovane Byl (PTB):** Presidente e Ver. Pedro Ruas, acho que a construção junto com o Camozzato ficou bem construída. Agradeço a preocupação com esse projeto, que é importante, mas ele ficando em terceiro, na pauta do dia, acho que contempla, garante tempo hábil para que seja votado hoje ainda. Então esse acordo nos contempla.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** O próprio Ver. Giovane Byl colocando, eu aceito esse acordo.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Ver. Pedro Ruas, o senhor concorda, muito obrigada. Chegamos a um acordo, o que é muito bom. Quando abrimos a Ordem do Dia, faremos a votação do requerimento.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Obrigado. Presidente Mônica Leal – já falei da alegria de tê-la presidindo esta Casa novamente –, vereadores e vereadoras, o tema que trago está para nós, neste momento, com a maior relevância, é justamente o projeto do Previmpa, a questão previdenciária do Município. Eu nem vou entrar no mérito, porque quanto ao mérito nós já conhecemos as posições de uns e de outros, e eu tenho confiança mesmo que o governo municipal não tem os 24 votos – ainda bem, ele não pode votar um projeto dessa natureza com os votos da oposição. Não posso falar por mais ninguém, mas sei o compromisso com a categoria que V. Exa. tem, por exemplo, que o Ver. Airton Ferronato tem, que os vereadores do PDT têm, então não vejo como o governo possa aprovar esse projeto. Mas eu também não estou entrando nessa questão matemática de plenário, mas sim a seguinte preocupação, Presidente, vereadores e vereadoras: por que que nós temos que votar em afogadilho? Por que nós

temos que votar dessa maneira tão questionável do ponto de vista até da eficácia do método utilizado? Isso é uma prioridade para Porto Alegre, absolutamente urgência? É claro que não! É evidente que não. Então o que eu questiono aqui é a oportunidade, eu não estou discutindo mérito, todo mundo aqui já fez a discussão do mérito. Sim, sou contra o projeto, mas eu questiono a oportunidade. Este momento atual de pandemia no Brasil é um momento que coloca todos nós, as pessoas que têm mandato popular, numa obrigação, e ela hierarquiza as demais. Nós temos a primeira, que é o combate à pandemia, isso é algo amplo. O combate à pandemia inclui, por exemplo, a distribuição de cestas básicas – as pessoas estão sem renda, as pessoas estão sem alimentação! Nós vimos agora que há um conjunto de propagandas do próprio governo estadual mencionando que, em cada dez famílias do nosso Estado, seis estão com problemas alimentares. Eu não tenho esses dados. Então o combate à pandemia inclui providenciar alimentação, inclui providenciar álcool gel, inclui garantir saneamento. Como as pessoas sem água potável em casa vão promover a higienização necessária para esse combate à pandemia para não transmitir o vírus? A senhora sabe, Presidente, nós sabemos, eu sei, muitas pessoas sabem que na periferia as residências, quando existem, são pequenas, e com muitas pessoas, e no inverno agora, já estamos num dia frio, as pessoas ficam mais próximas até para reduzir o frio, não têm aquecedores, não têm condições de suportar o frio, não têm as roupas necessárias. Tudo isso é combate à pandemia: agasalho, comida, álcool gel, água potável, além obviamente das vacinas. Isso é prioridade de quem tem mandato em todo o Brasil, precisa ser prioridade. Como eu disse, isso hierarquiza o resto.

O tema pode ser importante, como tema em si, mas nenhum tema é importante isoladamente: ele é importante em relação a algo, não é uma posição, é uma relação. Então esse tema do Previmpa não tem uma posição importante, ele tem uma relação importante, e na relação, por óbvio – por óbvio! –, tem elementos menos importantes, em termos de necessidade de ser tratado na Câmara, que a pandemia. Como eu disse, o combate à pandemia é um título onde cabem muitos temas, e nenhuma dessas questões vieram do Executivo, nenhuma. Não veio nem uma única proposta, um único projeto, a não ser a autorização de 48 horas para que o prefeito Sebastião Melo, meu amigo pessoal, comprasse vacinas, o que não foi feito, o que não foi feito em nenhum momento, e não sei se houve alguma tratativa – não estou acusando de não o fazer, mas eu não sei se houve tratativas. Agora, com certeza, não há projeto de renda mínima, não há projeto de auxílio emergencial, não há projeto algum de distribuição de alimentação, de cesta básica, não há projeto algum que modifique a questão do saneamento em Porto Alegre de forma urgente, emergencial, não há projeto algum em relação às contas da água, por exemplo, não é possível que alguém tenha água cortada, não é possível! Então não há preocupações do Executivo quanto à pandemia! Aí alguém vai dizer que o Executivo está preocupado sim, mas na atividade pública, colegas vereadores, a preocupação tem que ser traduzida em ações, em projetos, em trabalho. Uma preocupação que... (Problemas na conexão.) ...não adianta nada! As pessoas vão continuar com fome, sem dinheiro, sem emprego e se expondo ao risco com esse vírus, sem vacina.

Então é muito importante, e esta é a minha manifestação nas Comunicações de hoje, que nós tenhamos clareza que a Câmara de Vereadores, neste momento, e aí coube ao Executivo, e a Câmara não reagiu adequadamente, se tratando de tema, de uma pauta irreal, sem importância, porque repito, para ter importância, é preciso comparar com o que realmente está nos pressionando em termos de toda a nossa capacidade de articulação e trabalho, que é o combate à pandemia.

Por isso, concluo por aqui, Presidente, enfatizando, requerendo, na verdade quase implorando, mas também exigindo, como líder da oposição, que o Executivo Municipal, que o prefeito Sebastião Melo pense de fato em ações de combate à pandemia, encaminhe projetos para cá e retire da votação projetos tão polêmicos como esse do Previmpa, que não tem absoluta urgência como tem o combate à pandemia. É sobre isso que deveríamos nos debruçar. Esse é o requerimento que faço, ao final agradecendo o tempo que me foi concedido. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Querida Porto Alegre, venho aqui em nome do partido das trabalhadoras e dos trabalhadores neste dia, um dia de luta para a categoria municipal, que estive na frente da Câmara buscando um diálogo com os vereadores e com as vereadoras sobre o PL da Previdência, que está em tramitação nesta Casa. Parabéns a quem constrói o serviço público nesta cidade, que são os servidores desta Prefeitura, valorosos mulheres e homens que atuam nos postos de saúde, nas escolas, CRAs, CREAS, hospitais, DMAE, DMLU... Enfim, não há serviço público sem servidor público valorizado, por isso eu digo, em nome da bancada do PT, que estamos sempre abertos a conversar, a dialogar com quem dedica sua vida à consecução daquilo que o povo quer ver implementado, que é a política pública através dos impostos.

Quero também aqui comemorar este dia de luta contra a fobia, contra LGBTfobia, e quero destacar que nós temos que ser a favor de todas as formas de amor. Não é possível neste século, neste ano de 2021, seres humanos ainda nutrirem ódio, nutrirem preconceito às pessoas que têm que ter a sua liberdade de escolha, de construção, como ser humano, de opção de gênero, opção de sexo. Isso deve ser respeitado, não só em nível de Porto Alegre, mas internacional. Então parabéns por essa luta, e vamos fortalecê-la.

Quero também parabenizar o dia do assistente social e da assistente social, do gari e da gari, que são profissionais fundamentais para que a cidade aconteça, porque a cidade, Presidente Mônica, não são avenidas e prédios; a cidade são pessoas e relações, e essas relações muitas vezes são desiguais, balizadas por uma matriz econômica que não faz permitir a igualdade e o respeito. Por isso assistência social é fundamental, para acolher aqueles que são vítimas das mazelas sociais, do desemprego,

fundamentalmente, e da redução das políticas de acolhimento em nível federal. Quanta coisa se perdeu! Hoje, nós temos famílias e mais famílias fazendo filas nas portas da FASC, solicitando o mínimo, que é alimentação, uma cesta básica, e são esses e essas assistentes que têm que escolher e decidir quem vai receber o parco recurso que se detém hoje para isso. Então me solidarizo com essa profissão tão importante para construir cidadania, para alcançar direitos. E também com o gari e a gari, não poderia deixar de dizer, uma profissão tão importante nesta cidade, pessoas que muitas vezes são invisíveis, antigamente se chamavam lixeiros. Essas pessoas hoje ganham tão pouco que sequer conseguem pagar o aluguel, garantir roupas, garantir alimentação à sua família; muitas vezes moram em lugares precários, mas todos os dias o seu lixo, cidadão, é recolhido da porta da sua casa; todos os dias você que circula nas zonas mais populosas, vai ver uma rua varrida, porque ali passou uma equipe de garis do DMLU. Portanto, essa profissão precisa do acolhimento desta Casa, nós precisamos pensar uma política que melhore, Presidente Mônica, a remuneração dos garis e das garis, porque é muito precário o que a Prefeitura oferece a esses profissionais.

Por último, queria destacar aqui a coluna do dia 15 de maio do Paulo Germano, da ZH, em que ele diz o seguinte: “Colégio desmentiu o governo de Porto Alegre em nota divulgada na sexta-feira. Escola anunciada pelo prefeito como a primeira cívico-militar da capital diz que nunca aderiu ao projeto”. Eu fico preocupadíssimo, nós do PT, quando as *fake news* são espalhadas. Então, a comunidade escolar não havia aderido a projeto algum, e um deputado, que eu não recordo mais o nome, foi à frente da escola, gravou um vídeo que circulou – parece que esse deputado é bolsonarista... Bom, aí já sei o que é que vem. É o Tenente Coronel Zucco – obrigado, Ver. Leonel Radde –, deputado estadual, que foi lá, fez um vídeo e disse que a escola iria ser cívico-militar. Independente dos modelos de educação que um parlamentar ou outro defenda, *fake news* é algo feio, e vindo do governo, é fundamentalmente destruturante para os homens e mulheres públicos. Nós devemos primar pela verdade acima de tudo. Se os governos querem implementar projetos, eles têm formas de implementar, agora, dizer que seria uma coisa e não seria é vergonhoso. Então parabéns à escola, que se posicionou, e eu gostaria de ver do governo uma retratação pública, porque aqui, nesta nota do Paulo Germano, ele diz que a Prefeitura, o governo não quis se pronunciar sobre o assunto; tem que se pronunciar e se retratar, porque a comunidade escolar não é só de professores, ela é de mães, pais, alunos, funcionários, um coletivo que não tinha tomado uma decisão, Ver.<sup>a</sup> Karen, não tomou essa decisão. Então, fundamentalmente *fake news* não vai bem. Nós sabemos que a eleição de 2018 foi um horror de *fake news*, está lá o Bolsonaro sofrendo uma CPI, que na verdade é uma CPI de *fake news*, não é só a CPI da Saúde, da Covid, é a CPI das *fake news*, porque eles entraram numa mentira, e depois que tu contas a primeira mentira vem a outra, vem a outra e uma sequência de mentiras, depois que o cidadão conta a primeira não tem mais como fugir, vai ter que ter um caminhão de *fake news* para poder manter a farsa. Então eu acho que, quando se erra, se deve reconhecer. Escola tem que ser um lugar de respeito e de propulsão de verdade, não lugar onde se colocam ideias e mentiras que mancham o nome de uma escola tão importante na história do ensino fundamental, da

EJA de Porto Alegre; eu, inclusive, tive a chance de lecionar lá em 2009, uma escola maravilhosa no bairro Cohab, um bairro tão sofrido, um bairro em que falta muita coisa, mas que, com certeza, a gente vai continuar construindo, lutando por melhorias para a região, e contra as *fake news*, porque mentir não leva a lugar nenhum e não vai ajudar a educação. Se o deputado queria mentir, o problema é dele, se ele é bolsonarista, é dessa linha que não trabalha com a verdade, esse é um problema que ele deve resolver; agora a Prefeitura, o governo, não podem incorrer nisso. Obrigado, uma boa sessão para nós.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, através da TVCâmara, da nossa Rádio Câmara, das redes sociais, eu queria perguntar aos colegas se sabem quanto custou em impostos no Brasil o tempo que o Ver. Jonas falou? Alguém sabe me dizer? Quando eu subi nesta tribuna no final do ano passado para falar o tempo que custa o que cada um dos vereadores fala aqui nesta tribuna, era em torno de R\$ 2,8 milhões. Pasmem, o tempo que o Ver. Jonas falou aqui custou R\$ 4,385 milhões, o quanto foi arrecadado de imposto em cada minuto que o vereador falava aqui, no Impostômetro – eu estou falando, e o bicho está rolando, é um absurdo! Um absurdo! Isso está no arroz, isso está no feijão, isso está na gasolina, isso está na eletricidade, isso está no gás, isso está em tudo na nossa vida, nos insumos usados, como a gente fala, para salvar vidas – R\$ 2,5 milhões em um minuto. O que é isso gente? Que país é este? Quantas vacinas daria para comprar em um minuto – num minuto? No tempo em que eu e o Ver. Jonas vamos falar aqui nesta tribuna, quantas vacinas daria para comprar neste País? Comprar e dar para as pessoas, quantas daria? Nosso País é o que mais cobra tributos por minuto no mundo – não existe, e o que menos dá retorno. O retorno é inexistente, o retorno é um absurdo, porque.... Vamos pegar a área da Saúde – precisou vir a Covid para se criar alguns instrumentos na área da Saúde: respiradores, melhorar as UTIs, melhorar alguns hospitais – teve que vir essa desgraça que se chama Covid. Na área da Educação, até agora, um ano e dois meses de Covid e nós estamos engatinhando no ensino à distância, engatinhando! Não se conseguiu ter internet nas escolas, não se conseguiu disponibilizar aparelhos para os estudantes, coisa que o Uruguai, aqui do lado, fez há muito tempo. Infraestrutura, nem vou falar então, é uma vergonha! Quando o cara entra em uma estrada que tem pedágio, ele dá graças a Deus – olha que coisa idiota, dá graças a Deus porque vai pagar um pedágio e vai ter uma estrada para poder rodar mais ou menos, mais ou menos! Isso sem falar no incentivo para indústria nacional, isso não existe, só para os grandes – o cara que é grande, o cara que não precisa de dinheiro, consegue dinheiro; agora, o cara que está ali com seu pequeno negócio, sua pequena loja, sua pequena indústria, seu pequeno comércio, esse tem que ir aos bancos. E eu falo com muita propriedade, fui membro do conselho de administração do BNDES, o único

do conselho que não foi chamado para a CPI do BNDES, porque não aprovei nenhum desses absurdos, todos meus votos foram contrários. Não tem que pedir garantia bancária para quem está gerando emprego, tem que pedir garantia de geração de emprego, garantia de geração de tributação, não garantia bancária, que depois vai virar dono da empresa.

Então eu quero, usando o tempo de meu partido, dizer para as senhoras e os senhores, para o público que nos assiste, que ninguém mais aguenta, neste País, pagar impostos – esse é o grande tumor, pode se dizer; a grande Covid do Brasil é a alta carga tributária que assola todos. Quem ganha R\$ 1,9 mil já paga 7,5% de imposto de renda; quem ganha R\$ 4,5 mil já é magnata, paga 27% sobre sua renda, imposto de renda, para o governo. E ainda, se tem uma empresa, se trabalha numa empresa, ainda quer o plano de saúde porque não existe saúde – uma condição para ter um bom empregado é dar um plano de saúde para ele. É condição para estar num bom emprego que a empresa tenha plano de saúde – só para dar um exemplo – num país que taxa salário, num país que tira da mesa das pessoas, 7,5% de imposto de renda para quem ganha R\$ 1,9 mil; 27% para quem ganha mais de R\$ 4 mil. E, pagar imposto de renda, posso dizer para vocês, como operário, a primeira oficina em que fui trabalhar com carteira assinada – lá o gerente estava brabo porque pagava imposto de renda – nos valores hoje, corresponderia a uns R\$ 20 mil para pagar imposto de renda, virava um sonho para todo menino como eu. E hoje é um pesadelo para todo chefe de família, todo pai de família, porque, além de pagar esse imposto de renda, tem a previdência, tem os impostos embutidos nos produtos da cesta básica, no gás, no feijão, no arroz, na gasolina, na saúde, em tudo quanto é lugar. Então, a nossa luta contra a alta carga tributária, contra esses impostos que comem na mesa do povo brasileiro, é real, é a grande pandemia neste País. Muito obrigada, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Aprego o Memorando nº 015/21, de autoria do Ver. Kaká D'Ávila, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no período de 18 a 21 de maio de 2021.

Em função da sua licença, registramos que o suplente Conselheiro Marcelo já prestou compromisso na presente legislatura, ficando dispensado de repeti-lo. O Ver. Conselheiro Marcelo assumirá pelo mesmo período e integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH, nos termos regimentais. Declaro que o suplente Conselheiro Marcelo tomará posse na manhã desta terça-feira, no gabinete da Presidência.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e oito Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h30min:** Havendo quórum, passamos à

### **ORDEM DO DIA**

**Vereador Felipe Camozzato (NOVO) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, conforme segue: em primeiro lugar, o PLL nº 370/17; logo após, o PLL nº 116/18; na sequência, o PLL nº 139/21 e o Requerimento nº159/21.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

### **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 3175/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 370/17**, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 8.391, de 23 de novembro de 1999 – que disciplina o uso de bicicletas nas praças e parques de Porto Alegre. **(SEI 118.00132/2021-48)**

#### **Pareceres:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. João Carlos Nedel: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Paulinho Motorista: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relatora Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto.

#### **Observação:**

- incluído na Ordem do Dia em 12-05-21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em discussão o PLL nº 370/17. (Pausa.) O Felipe Camozzato está com a palavra para discutir a matéria.



**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Muito obrigado, Presidente Mônica; cumprimento os colegas vereadores, público que está nos acompanhando – vou ser breve, apenas para situar os colegas e dividir os méritos por essa iniciativa. Em 2017 nós iniciamos os trabalhos da Frente Parlamentar de Empreendedorismo e Desburocratização, com a presença de 11 parlamentares desta Casa, sendo identificada essa lei que, na época foi de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que, integrante da frente, prontamente disse que era benéfico a revogação da própria lei – consultei o vereador, inclusive, na semana passada, para dizer que o seu projeto viria ao plenário, ele que também é um dos idealizadores da matéria, dentre outros. Essa matéria perpassou, então, por todas as comissões; nós a colocamos na priorização porque entendemos que essa lei que basicamente veio quando da ocasião de um atropelamento de um pedestre por um ciclista, veio para obrigar as bicicletas a usarem somente espaços demarcados em parques, algo que não era nem possível de se fazer. A EPTC não conseguiu sequer efetivar a lei, gerando muita confusão num primeiro momento para vários ciclistas, e nós queremos revogar por entendermos que, em diversos parques municipais, não há nem como, nem é interessante fazer com que um cidadão não possa transitar com sua bicicleta, como bem entender. Imaginem na Redenção, por exemplo, um cidadão de bicicleta ter que usar, Ver. Mauro, apenas um espaço delimitado pela Prefeitura, não poder circular livremente. A gente entende que justamente o benefício dos parques e praças, não é apenas para o lazer, como também como meio de locomoção dentro da cidade. Por isso estamos com este projeto de lei para revogação – conto com o voto de todos os colegas. Agradeço pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 370/17.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Eu me inscrevi para discussão – se a bancada desejar depois fazer encaminhamento, já fiz minha colocação aqui. Em relação a este projeto, um projeto que me é muito caro pelo tema das bicicletas, na verdade, o que tratamos aqui é dessa iniciativa do Ver. Camozzato, desde seu primeiro mandato, de fazer uma revisão na legislação, revogando leis que estariam, supostamente, vigentes. Na verdade, quero ser muito leal ao Ver. Camozzato, no mérito, concordo com a proposta, não há nenhum problema, não faz nenhum sentido você, numa praça, fazer um caminho específico, como se quem está de bicicleta não pudesse sair desse caminho depois, seria totalmente desestimulante para utilizar bicicletas, justamente nas praças e parques, que são lugares mais aprazíveis; lógico que o ciclista deve cuidar do pedestre, enfim, é a lógica do trânsito, seja nas ruas ou nas praças e parques, em que o maior protege o menor. Essa lógica tem que ser constante sempre, isso é uma questão. Esse fato de uma pessoa ter batido, de bicicleta, em uma pessoa a pé, teria motivado o projeto, isso não é uma boa prática, não querendo fazer nenhuma crítica aqui ao autor, mas realmente, legislar conforme um ato isoladíssimo que

aconteceu – obviamente podem ter outros casos na cidade – talvez não seja a melhor técnica. Então, na verdade, como já falei, na legislatura passada, na tribuna, diretamente ao Ver. Felipe Camozzato, o que ocorre aqui é que inúmeras leis que o vereador propõe a revogação, na verdade já estão revogadas pelo desuso. O desuso é, dentro do ordenamento jurídico, também uma forma de revogação de leis, de validade no sistema jurídico. Então, lembro aqui de um projeto de lei do vereador que revogava uma lei que obrigava ter mapas de Porto Alegre dentro dos postos de gasolina – logicamente, os postos nunca a cumpriram, não foram fiscalizados. Eu não conheço também outras iniciativas da gestão ter obrigado os ciclistas a andar por um caminho, dentro de um parque, ou seja, e uma lei que não pegou – isso já faz muito tempo – e não pegará; então aqui o desuso fica muito claro. E, ao fazer uma revogação da lei, estamos criando mais uma lei que revoga essa lei – sei dos receios do Ver. Felipe, que no futuro, algum gestor queira implementar uma lei como essa, que seria descabido, mas passaram-se tantos anos, e nunca se fez; então, colocamos aqui um porém. A minha sugestão, seja para nossa bancada, a de oposição e quem quiser nos acompanhar, mesmo concordando com o mérito, seria uma abstenção. Eu acho que essa revisão, suposta revisão de legislação, revogação, como dizia o Ver. Felipe, na verdade, acaba criando mais legislação, revogando coisas que já estão revogadas. Então, é um alerta que colocamos aqui, concordando com a ideia geral do projeto, discordando dessa forma como o Ver. Felipe, com todo respeito, tem feito essas revogações. Obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLL nº 370/17.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** Boa tarde a todos. É um tema pelo qual me interessa muito, assim como tenho certeza de que é de interesse de outros vereadores também – a questão da mobilidade sustentável, que foi inclusive bandeira do Ver. Sgarbossa, um vereador com quem, inclusive, gostaria de ter a oportunidade de conversar mais vezes aqui na Câmara de Vereadores, mas infelizmente nesta legislatura teremos somente estas oportunidades, picotadas, nas ocasiões em que ele assume a vereança durante a licença de algum vereador, porque, infelizmente, nesta eleição, ele, que é vereador bastante qualificado, não conseguiu ficar entre os titulares, mas é um tema que muito importante, que interessa a todos nós. Eu, particularmente, assim como o Sgarbossa, não tanto quanto ele, que foi campeão, inclusive, na Europa, era ciclista, competi no campeonato gaúcho, fiz provas de Audax, então é um tema que eu gosto, conheço, admiro e respeito, que é a questão da mobilidade através da bicicleta. Lembro que quando nós andávamos, no passado, a bicicleta era estigmatizada, era tida como uma ferramenta de transporte das pessoas que não tinham poder aquisitivo. No entanto, hoje, tanto com a questão da racionalização do meio ambiente por uma questão de qualidade de vida e por uma questão também de economia, a gente está cada vez mais dando atenção para esse meio de transporte alternativo que está se tornando para

muitas pessoas o seu meio principal de transporte, lembrando também que isso acabou surgindo, em grande medida, em função do barateamento dos aplicativos de transporte que vieram para se somar, o transporte privado, de modo a permitir que as pessoas pudessem se deslocar naquelas ocasiões em que era necessário ter um veículo um pouco maior também com um valor mais acessível. Então, essa revolução no transporte permitida pelos aplicativos incentivou também paradoxalmente a adoção de meio de transporte alternativo como a bicicleta. No meu caso, como vocês devem ter observado já também, o motociclo elétrico e outros meios transporte individual que ajudam na mobilidade de forma a se complementar com outros modais de transporte, como ônibus, trem, no caso de Porto Alegre, catamarã, enfim.

O que eu queria falar sobre essa lei do Ver. Felipe Camozzato, que tem um trabalho já bastante reconhecido de revogação de leis que não tem aplicação prática, é que no caso prático, pactual, a lei não tem objeto. Ela não prevê uma punição, mas ela gera uma obrigatoriedade. Qual seria a obrigatoriedade? Do poder público demarcar os locais adequados para o transporte de bicicleta nos parques e praças do Município, mas isso não acontece. Então, é uma lei que ocupa o banco de leis da cidade, pode gerar uma insegurança jurídica futuramente para algum empreendimento que venham se instalar inclusive nesses parques e praças, porque, embora não tenha demarcação, pode ser que alguém levante a discussão sobre a necessidade de ter porque consta em lei, e como consta em lei, não está demarcado e não tem plano diretor dizendo onde deve constar, pode ser que alguém use esse argumento como razão para impedir a implementação de empreendimento, por exemplo. Então, como a lei não tem finalidade prática, ela não é aplicada, a EPTC não tem fiscalização, ela, na verdade, gera uma obrigação que não faz sentido porque as pessoas preferem se locomover pelos caminhos que para elas fazem mais sentido, tanto que existem vários estudos, por exemplo, sobre a Redenção, que fala sobre os caminhos naturais durante os deslocamentos. Eu acho que a lei faz sentido; eu discordo, com respeito, do Ver. Marcelo Sgarbossa, embora ele seja um grande entendedor do assunto, essa questão não é ideológica, é uma questão prática e acho que a lei merece a nossa atenção porque ela vai ajudar a evitar qualquer transtorno no futuro para esses empreendimentos que podem vir a se instalarem de modo a qualificar o nosso espaço público.

Então, a minha posição é pela revogação da lei, votarei a favor do projeto, e outras leis desse cunho que podem ajudar a desburocratizar, podem contar comigo que terá o voto meu e do Cidadania para ajudar na desburocratização da nossa cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o PLL nº 370/17. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Muito obrigado, Presidente Mônica Leal, vereadores e vereadoras, o Ver. Jessé, com a sua costumeira veracidade, ou seja, compromisso com a verdade, ele coloca a sua posição que isso pode atrapalhar o empreendimento, sim, e esse é o motivo da revogação da lei, para que ela exista. E aqui eu tenho divergências de maneira respeitosa, tenho divergência ao que diz o Ver. Felipe Camozzato, nosso presidente da CCJ, a quem respeito muito, do Ver. Jessé, e até do Ver. Marcelo Sgarbossa também tenho. O fato de uma lei não ser cumprida, se ela é boa, precisamos trabalhar para que ela seja cumprida e não revogada – seria um absurdo, um raciocínio inverso. Então, a lei é boa, e não é cumprida, então, é revogada, não, vamos fazer cumprir – é óbvio!

Em termos de administração, de logística de trânsito, eu me dediquei muito a isso, principalmente na época do transporte coletivo, mas também em transporte individuais e me dedico ainda, continuo, uma questão fundamental é o seguinte: um maior respeito ambiental, então um ônibus, um caminhão tem que respeitar um automóvel, mas nós sabemos que eles nem sempre respeitam; o automóvel tem que respeitar a bicicleta, nós sabemos que muitas vezes não respeitam; a motocicleta tem que respeitar a bicicleta e muitas vezes não respeita; o ciclista tem que respeitar o pedestre e muitas vezes não respeita. Então essa legislação é importante. Eu não sei de onde veio essa ideia, aliás agora eu sei, o Ver. Jessé falou, pode atrapalhar um empreendimento comercial que entre na cidade, é uma visão, eu respeito a visão, só que eu discordo. Eu discordo completamente, se a legislação existe exatamente para que as bicicletas se somem cada vez mais, eu utilizo como lazer a bicicleta, meu filho caçula, o mais jovem, utiliza como meio de transporte diariamente, em Porto Alegre, várias vezes ao dia. Para mim, essa legislação é necessária, e é necessária que seja cumprida, o fato de existir e não ser cumprida é um problema, mas a solução não é revogá-la. A prioridade é o pedestre e depois é o ciclista, e depois é o motociclista, e depois é o automóvel, porque é o inverso disso, porque daqui a pouco, se não há regramento algum, nós não vamos ter limite para nada – para nada! Daqui a pouco pode haver, no meio da Redenção, a bicicleta com motor – por que não? E a bicicleta com motor não vai diferenciar a motocicleta, e eu não sou contra a nenhum desses veículos, mas também tem bicicleta que é, além de tudo, não poluidora, também para exercício. Hoje nós sabemos que em muitos países, começando lá pela China, onde a bicicleta é praticamente, do ponto vista prático, veículo obrigatório, e vários outros andam de bicicleta com o seu uso regulado, é um grande meio de transporte, mais do que lazer, hoje é um grande meio de transporte, barato, não polui, tira da vida sedentária. Agora, tem que ter regras, não se põe a bicicleta em qualquer lugar, não se põe a bicicleta nas pessoas que estão sentadas tomando chimarrão, tem que ter regramento sim, é necessário regramento. E essa lei fala exatamente isso, mas não cumprem a lei, então vamos tentar cumpri-la, e não revogá-la. O que está havendo nessa ideia da revogação de leis é que a comissão que examina se dá o direito de não discutir com os demais e encaminhar as revogações sob a sua ótica – sob a sua ótica! Esta é uma questão importante: sob a sua ótica! Então, é necessário que a gente esclareça que sem regramento isso vira um caos, nós temos que ter esse regramento e ele existe, não é

desnecessário, o fato de não ser cumprido é um outro lado, mas é necessário; se não for essa lei que regulamenta o uso de bicicleta na relação do pedestre, tem que haver outra, tem que existir, não é por que é um caso isolado, porque é a lógica do trânsito. Então, obviamente, eu vou votar contra esse projeto, encaminho contra também, porque ele tem outros objetivos que não é revogação de uma lei que não é cumprida; por não ser cumprida e necessária, ela tem que ser cumprida e não revogada; e se é para dialogar, para facilitar o entendimento, aí chega a ser absurdo. Então, pelo voto contrário, Presidente, que eu encaminho, na medida que é um regramento necessário e útil a Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Alvoní Medina solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 17 a 23 de maio de 2021. Solicito à suplente Bárbara Penna que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Bárbara Penna prestará a seguir.

**SUPLENTE BÁRBARA PENNA (REP):** "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro empossada a Ver.<sup>a</sup> Bárbara Penna. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Bárbara Penna, V. Exa. integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

A Ver.<sup>a</sup> Bárbara Penna está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

**VEREADORA BÁRBARA PENNA (REP):** Bom, confesso que eu não estava preparada para assumir a Câmara, apesar de estar há muito tempo lutando para que eu possa estar aqui defendendo não aquilo em que eu acredito, mas também aquilo que os meus eleitores, os meus seguidores acreditam também. Não é um momento muito bom devido a tudo que estamos passando, principalmente aqui em Porto Alegre e em todo Brasil, é um momento de muita dificuldade, onde todos nós estamos nos adaptando ao que está acontecendo. E fora que eu também não poderia deixar de falar no Ver. Alvoní Medina, que se encontra afastado, não gostaria de estar aqui com ele

doente, mas acredito que logo, logo ele estará aqui com vocês, então, eu estimo o meu carinho, melhoras, espero que realmente ele se recupere logo. Agradeço também ao Ver. José Freitas, porque, se não fosse seu convite desde o início, eu não estaria aqui hoje. Então eu agradeço muito pelo espaço, por ter acreditado em mim, por ter acreditado principalmente também nos meus projetos, onde infelizmente falar, hoje em dia, das mulheres é algo que muita gente até escuta, mas não é levado a sério. A violência contra as mulheres é uma epidemia que acontece há muito mais tempo do que o coronavírus e que, infelizmente, as pessoas não levam a sério. Então, eu agradeço a todos vocês que hoje estão aqui como meus colegas, conto com a Câmara de Vereadores também para que a gente possa assumir o compromisso efetivamente com as mulheres.

Vocês sabem que eu venho de uma história muito difícil, muito triste, eu sei que foi a minha história que me trouxe aqui hoje. Eu trocaria tudo para estar aqui hoje, porque eu sei que, apesar de toda a história que eu tenho, é muito difícil eu falar sobre tudo que aconteceu comigo, porque eu carrego consequências, eu carrego traumas, e eu não gostaria de estar aqui em cima carregando toda essa bagagem. Então, se eu puder contar com cada um de vocês aqui, independentemente de partido, independente daquilo que vocês acreditam... Mas a gente tem que colocar como prioridade a vida e a saúde mental e física das mulheres.

Então estou à disposição de todos vocês, caso vocês queiram contar comigo também, para que a gente possa melhorar Porto Alegre. A gente tem muito ainda a debater, muito ainda a melhorar, e são pautas importantes que não podem ser deixadas de lado. Então, agradeço de coração a todos vocês e me coloco à disposição estando aqui na Câmara ou não. Muito obrigada, gente. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, vereadora, seja muito bem-vinda.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina, o PLL nº 370/17. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**, 01 voto **NÃO** e 05 **ABSTENÇÕES**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro aprovado o PLL nº 370/17.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 1262/18 – PROJETO LEI DO LEGISLATIVO Nº 116/18**, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que institui a Política Municipal de Sustentabilidade Hidroviária de Porto Alegre nas dimensões cultural, ambiental, social e financeira, dispondo sobre o conjunto de objetivos, princípios, diretrizes, instrumentos adotados pelo Poder Público Municipal, isoladamente ou em regime de cooperação com Governo Federal, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Consórcios Municipais, Municípios, Pessoas Jurídica de Direito Privado e Pessoas Físicas, com vistas a Orla do Guaíba. **(SEI 203.00031/2020-81)**

**Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB, e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Ricardo Gomes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto, da Emenda nº 01 e da Emenda nº 02 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 01 e da Emenda nº 02.

**Observações:**

- com Emenda nº 01, do Ver. Moisés Barboza;
- com Emenda nº 02, DO Ver. Ricardo Gomes;
- com Emenda nº 03, do Ver. Moisés Barboza (líder da Bancada do PSDB);
- com Emenda nº 04, do Ver. Alex Fraga (líder da Bancada do PSOL, à época);
- incluído na Ordem do Dia em 10-02-21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLL nº 116/18. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste, que nos dá a honra, eu conheço e já falei sobre esse projeto, quando ele estava em pauta, nas duas vezes que correu pauta. Eu falei sobre esse projeto, eu reconheço a boa intenção do Ver. Moisés Barboza. Na verdade, há uma circunstância de orla que é multifacetada, porque a orla não é igual nos seus vários quilômetros, ela é diferente, por vários motivos, por vários entendimentos, por várias vocações, por várias circunstâncias. E há, de fato, uma preocupação que o Ver. Moisés Barboza resolve tratar e me parece que aí temos vários pontos de pensamento comum até, a questão do transporte. No rio Guaíba, eu acho importante o transporte fluvial de passageiros, tem uma lei nesse sentido em Porto Alegre, desde 1989, tem uma lei estadual também de minha autoria. Mas aqui eu digo respeitosamente que nós podemos divergir e devemos até, nesses debates surgem posições boas. O problema é que há muito pouca preocupação ambiental no projeto, pode até não ter dado tempo, não sei, mas não houve condições, em todas análises físicas e procurei me basear em diversos depoimentos – e agradeço o trabalho feito pelo Dr. Silva Jardim, pelo Paulo também –, não há condições de garantir minimamente a questão ambiental aprovando o projeto, não há condições. Mais, nós temos aí na questão do desassoreamento uma situação de alto risco. Então, respeitosamente em

relação ao autor, o qual eu reconheço que teve boas intenções, o projeto carece de cautelas e cuidados ambientais, e nesse sentido ele pode ser muito danoso a Porto Alegre na sua sustentabilidade em termos ecológicos principalmente. Por isso, eu voto contra o projeto sabendo que há intenção, sim, de que essas questões do nosso rio Guaíba sejam cada vez melhor tratadas e cuidadas, seja para o uso sustentável ou o transporte de mercadorias, de pessoas, seja para utilização plena do Cais do Porto como Cais do Porto mesmo, seja para utilização das praias e fundamentalmente para a despoluição. Então, essa questão toda é complexa, e nesse momento do jeito que foi apresentado o projeto, o meu voto é contrário a ele. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Matheus Gomes e outros, ao PLL nº 116/18. (Procede à leitura da Emenda nº 05 ao PLL nº 116/18.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Ver. Pedro Ruas. (Pausa.)

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Apenas para saber se, além da Emenda nº 05, há alguma outra emenda ao projeto, fora as Emendas nºs 1, 2, 3, 4, evidentemente.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Nós temos quatro emendas, as Emendas de nºs 01 a 04, que serão lidas quando da votação das mesmas.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Está esclarecido, vereador?

Em votação o requerimento de autoria do Jessé Sangalli, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLL nº 116/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLL nº 116/18.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Boa tarde a todas e todos vereadores presentes na sessão, a quem nos assiste pela TVCâmara e pelas redes sociais. Eu gostaria de colocar algumas questões acerca do projeto apresentado pelo ver. Moisés Barboza; algumas delas nós já tivemos a oportunidade de debater na audiência pública ocorrida há quase duas semanas, e são temas de extrema relevância, como já pontuou o nosso líder da oposição, Pedro Ruas. A necessidade de Porto Alegre desenvolver de maneira ecológica e socialmente responsável uma política hidroviária é muito grande. Nós temos um potencial a ser mais bem utilizado que pode favorecer muito a população pobre e trabalhadora da nossa cidade, então, a relevância do tema, na nossa opinião, já está dada por esse aspecto. No entanto, o projeto nos traz algumas preocupações, principalmente porque não deixa muito nítido em suas linhas quais vão



ser os mecanismos de fiscalização e de garantia contra um possível impacto ambiental grave no andamento do desenvolvimento do Guaíba. Como vocês sabem, o Guaíba não é apenas um patrimônio de Porto Alegre, é um patrimônio da maior parte dos gaúchos e gaúchas, são várias as cidades que têm conexão com a bacia do Guaíba que, na nossa opinião, é objeto também de uma emenda apresentada, a Emenda nº 05. Trata-se de um curso d'água, algo que é mais complexo do que um lago por toda a biota que o Guaíba preserva e organiza no seu entorno, pela sua importância também à comunidade pesqueira, ou seja, nós estamos falando de um patrimônio ambiental, vital para a população da nossa cidade, do Estado do Rio Grande do Sul – cerca de 80% da água consumida na cidade de Porto Alegre vem da bacia do Guaíba. A forma de nós lidarmos com este projeto tem que ser levando em conta um debate que é feito em Porto Alegre e no mundo inteiro. Nós estamos diante, neste momento, de uma crise climática, emergência climática. Há uma semana, estive aqui neste plenário o professor Francisco Milanez, da Agapan, nos alertando para a importância da preservação de vários mecanismos que o poder público desenvolveu ao longo das últimas décadas para proteção ambiental na nossa cidade. Infelizmente, nos últimos anos, o que nós temos acompanhado é uma fragilização das equipes que fazem as fiscalizações, dos mecanismos de proteção ambiental. É uma situação complexa que, infelizmente, como nós já pontuamos, na linha do projeto não está previsto a forma de garantir esse interesse, preservação do Guaíba como um patrimônio ambiental, um elemento vital para o desenvolvimento da nossa cidade nas próximas décadas.

Outra questão que nos preocupa muito, nós estamos insistindo, aqui na Câmara de Vereadores, não só por iniciativa dos nossos vereadores, das colegas e colegas da Casa, mas também por uma pressão do Executivo, em outros temas, em fragmentar a discussão do Plano de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre. Isso é preocupante, já existem algumas determinações, inclusive do próprio Ministério Público estadual que coloca como um elemento preocupante, agora temerário, discussões que alteram o Plano Diretor em meio à pandemia. São dois projetos que o Ver. Moisés Barboza apresentou, este não é especificamente o que trata dessas mudanças, mas que fere também o contexto de um elemento central para nós pensarmos o desenvolvimento urbano e ambiental de Porto Alegre, que é a preservação da água do Guaíba. Nesse sentido, achamos que o projeto tem uma intenção importante, discutir um tema vital para a nossa cidade, mas está bastante incompleto desde essa perspectiva da proteção ambiental da cidade de Porto Alegre, com o rio Guaíba cumprindo o papel que ele de fato cumpre na nossa cidade, que é o da garantia vital da vida da população porto-alegrense e dos moradores das outras cidades também que são diretamente afetados aí pelo desenvolvimento desse curso d'água do Guaíba, que é um patrimônio que devemos proteger em primeiro lugar, e é por isso que vamos votar contra o projeto neste momento.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLL nº 116/18.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Obrigado, Presidente Márcio. Estava no plenário há pouco, confesso não é o tema do debate, mas quero confessar uma certa preocupação. Achei que, no plenário, tem muita gente, todo mundo de máscara, é verdade, mas num ambiente fechado; confesso que me senti, de uma certa forma, em risco. Estou dizendo isso para os vereadores atentarem para isso, não podemos ser mais nós a ocuparmos leitos em detrimento de outras pessoas.

Em relação ao projeto, é verdade que não foi protocolado agora, já vem da outra legislatura, e só o teor da emenda que foi lida aqui, se não me engano, a Emenda nº 05, com uma série de questões técnicas relevantes, assinada por inúmeros vereadores – só isso me parece que mostra o tamanho da importância da complexidade de, por um lado, o Guaíba servir a cidade e a cidade preservar o Guaíba e toda a sua obra. Quero lembrar aqui que sempre que se acelera um projeto, se acelera às vezes não no tempo, Ver. Moisés; não é questão de tempo, pode o projeto estar ali há um ano, dois, não é essa a questão, a questão é que se acelera quando há um falso debate. Ou seja, eu até faço uma audiência pública, eu escuto o que se diz, mas o que escuto não tem relevância nenhuma, do ponto de vista da administração estou dizendo. Ou seja, não há um real empenho em entender por que há uma oposição, muitas vezes, não uma oposição genérica, uma oposição específica a temas importantes. Hoje, quando falamos em turismo ou esportes náuticos, tem uma relação estritamente ligada à questão ambiental. É difícil atrair um turista para uma área degradada, por mais que haja um evento, alguma coisa importante. O fato de os locais, as pessoas da comunidade não cuidarem do seu patrimônio ambiental, social, cultural, enfim, todas as dimensões, já é um motivo para afastar a quem gostaria de visitar uma cidade que tem o privilégio de ser banhada pelas águas do Guaíba. O Saint’Hilaire, quando esteve em Porto Alegre, escreveu o nosso privilégio de estar aqui num lugar tão lindo, tão propício, com água em abundância. Quero lembrar aqui como exemplo com que esses processos costumam acontecer. A chamada revitalização da orla, arquitetada pelo arquiteto Jaime Lerner, sem licitação, é um debate sobre o assunto, mas logo que inaugurada, olhem só o tamanho do erro: faltaram árvores ali, as pessoas tinham que ir ali na orla, que ficou bonita, realmente, eu considero um pouco de concreto demais, mas, enfim, houve uma melhora, temos que reconhecer, algumas medidas foram tomadas, com certeza, mas não tinha como ficar na sombra, esqueceram das árvores. Lembro que, na legislatura passada, fizemos um pedido de informação, e a resposta foi que com o cabeamento do parque, fios e tal, não se pode colocar árvores ali. Então, vejam, faltou escuta, faltou quem mora perto falar que até iria ali, mas Porto Alegre é muito quente no verão, não dá para ir ali às 15h, tem que esperar baixar o sol para poder aproveitar esse espaço que foi revitalizado. A gente não quer que aconteça a mesma coisa, então a gente ouviu, teve uma audiência pública, ouvimos as entidades ambientais preocupadas com a cidade, elas querem o desenvolvimento, é falso de que não se quer o desenvolvimento,

o desenvolvimento justamente prevê a proteção ambiental. Não tem como desenvolver se você degrada o meio ambiente.

Então, nós também somos contrários a este projeto. Se a emenda irá para as comissões ou não, o que já mostraria a tendência da Câmara, que bom que o Ver. Jessé retirou esse pedido, mas percebi que, ao retirar esse pedido, o que se quer é derrotar essa emenda, já que não são os autores da emenda, querem derrotar porque a emenda é um veto de autoria, não é um veto de mérito. Isso não é a melhor vibração para votar um projeto tão importante, que trata este projeto que estamos discutindo agora. Então, acompanho a fala do Ver Pedro Ruas, o nosso voto é contrário ao projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 116/18.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e todas. Subo nesta tribuna para também argumentar o posicionamento do meu voto com relação a este projeto. No nosso entendimento, o patrimônio que é o rio/lago Guaíba é uma discussão que envolve os 14 municípios que estão impactados pelas margens do rio. No nosso entendimento, essa é uma discussão que avança na Câmara Municipal de Porto Alegre; seria uma discussão necessária, perfeita na Assembleia Legislativa, e por si só isso já é um argumento importante de a gente considerar porque o projeto coloca que deve integrar a cidade ao rio Guaíba. De que cidade nós estamos falando? Da cidade de Porto Alegre, mas o rio é muito mais amplo do que somente a nossa cidade. Integrar a cidade ao rio Guaíba envolve outras questões que não estão presentes neste projeto. O Ver. Matheus já colocou questões importantes de impacto ambiental sobre as quais o projeto não versa, tem questões também envolvendo renda, porque integrar a cidade ao rio para quem tem lancha, quem tem *jet ski*... A gente sabe que a questão do poder aquisitivo para deter esses bens de consumo não é algo que qualquer trabalhador cidade tem acesso, não é Ver. Mauro Pinheiro? Então, integrar até que ponto? Também as pessoas acessarem a orla do rio Guaíba diz muito sobre os projetos de mobilidade urbana da nossa cidade. Uma passagem cada vez mais cara, as pessoas estão cada vez com mais dificuldade de conseguirem se deslocar para ter acesso aos espaços de cultura, de lazer, de entretenimento. A gente não quer que a nossa orla vire um espaço de luxo restrita a quem tem poder de consumo, e nos preocupa a forma com que esses projetos de reestruturação urbana e de acesso limitado a quem tem poder de consumo estão se expressando aqui dentro desta Casa. A Emenda nº 02, do Ver. Ricardo Gomes, também trata de uma questão que, para nós, não versa com o que está colocado, um direito enquanto um bem público, que é o rio Guaíba, atrelar as licitações à lei de liberdade econômica, para nós, é um grande equívoco. Ou seja, a emenda nº 02 prejudica o caráter

do projeto. Enfim, essas são algumas questões que a gente gostaria de trazer para a Casa, se levantou isso também na audiência pública. Então, é uma discussão que a gente vem acumulando junto com o movimento das comunidades, junto com o movimento de proteção ambiental e, nesse sentido, por ver muita alternativa de construção em relação as essas questões que foram levantadas desde a audiência, a gente está encaminhando o voto contra.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLL nº 116/18.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde, Presidente, colegas. A pedido de alguns colegas, eu ia só encaminhar, mas, na discussão, quero deixar muito claro que este projeto, em primeiro lugar, não foi acelerado, é um projeto que está há três anos na Casa, já esteve na Ordem do Dia. Eu, como autor, retirei; foi feita audiência pública, tem contribuições, para vocês terem ideia, emendas importantes de correção até de redação e de legislação do Ver. Ricardo Gomes, que hoje é o vice-prefeito. Estamos deixando claro que somos a favor da aprovação da emenda, inclusive ele foi relator deste projeto; então, por óbvio, seremos a favor das Emenda nºs 01, 02 e 03, que têm por autoria o Ver. Ricardo e eu, deixando claro que, lamentavelmente, nós estamos aqui fazendo o debate às luzes da sociedade, junto com os vereadores do PSDB, Ver. Ramiro, que me acompanha, Ver. Gilson, Ver. Marcelo, dizendo que as Emendas nºs 04 e 05 são inviáveis de aprovarmos. Vou deixar muito claro, alguns vereadores vão se inscrever, inclusive para explicar que nós não podemos definir o que é uma APP, nós somos vereadores. A APP tem uma normativa federal que serve no Brasil, que é a nº 12.651, de 2012. Nós não podemos transformar em APP ou considerar APP uma área com 500 metros, porque aí o prédio do Ministério Público não pode, o Porto Alegre 360 não pode, as novas obras da orla não podem, elas estariam dentro da Área de Proteção Permanente. Sobre a troca do nome, de considerar suprimir o termo lago, é para isso, daí amplia para 500 metros uma APP, inviabilizando completamente o que a cidade vem fazendo, que é conectar a terra com o lago. Só para explicar aqui rapidamente, alguns vereadores falam sobre alteração do Plano Diretor, Ver. Matheus, mas não é o que estamos votando hoje; o que estamos votando hoje é apenas a política municipal, que foi aprovada pela CCJ, não tem nenhuma ilegalidade, a gente fala sobre e tenta criar um arcabouço jurídico de uma política municipal prevendo estruturas de apoio náutico para que o porto-alegrense possa se conectar com a cidade. A emenda do Ver. Alex Fraga, que transforma público todo píer ou *deck* existente, ela é inviável, porque também pode ser considerada inconstitucional, se for uma estrutura que está dentro de uma parceria público privada, e resalto aqui a brilhante emenda do Ver. Ricardo Gomes. Então, peço aos colegas que entendam, é uma política municipal que visa fazer essa conexão, que estamos vendo inclusive acontecer agora, através da Amazônia Azul e da possibilidade que vamos ter das embarcações, compartilhamento

de embarcações também, fazerem essa conexão. É um marco histórico para a cidade, e eu gostaria de pedir o apoio dos colegas vereadores no projeto e nas Emendas nºs 01, 02 e 03. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 116/18.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu até não ia me inscrever para discutir este projeto, Ver. Moisés. Tenho visto vários vereadores, principalmente vereadores da oposição, oposição neste caso, oposição à cidade, Ver. Gilson, falando contra o projeto. Eu conheço o projeto do Ver. Moisés e sei inclusive que o Ver. Moisés é um vereador muito preocupado com essas questões ambientais, um vereador que tem formação nessa área e fez vários projetos durante a legislatura passada e nesta – inclusive esse projeto é da legislatura passada, dentro dessa perspectiva do meio ambiente –, o Ver. Moisés tem conhecimento, e eu vim aqui, me inscrevi, porque o seu projeto é muito importante para a cidade. Quando alguém fala mal desse projeto é porque não leu o projeto, não teve o trabalho de pesquisar a importância do projeto do Ver. Moisés para a cidade de Porto Alegre. Nós temos uma orla que, por muitos anos, foi muito pouco utilizada na cidade de Porto Alegre, inclusive para gerar empregos e riquezas para o Município de Porto Alegre. Porto Alegre é uma cidade que tem um potencial turístico muito grande e muito pouco foi utilizado durante muitos anos. Depois da primeira obra, do trecho 1 da orla do Guaíba, com a revitalização, nós vimos o número de pessoas que utilizam esse pedaço de Porto Alegre que nunca foi utilizado como é hoje. Inclusive pessoas de fora da cidade, do Estado, que, quando vinham a Porto Alegre, cruzavam Porto Alegre, indo para outros estados como Santa Catarina, por exemplo os turistas argentinos, que não ficavam em Porto Alegre e hoje reservam um dia aqui, porque temos um ponto turístico, que é o trecho da orla. E nós estamos em processo de ter o trecho 2, o trecho 3 e a revitalização naquela área perto da Multiplan, que tem um acordo, que já começou na legislatura passada e esta deu continuidade, um acordo com a construção civil, e vai haver mais uma revitalização de um outro trecho. Então, Porto Alegre começa a ter algo turístico na nossa orla. Nós temos os bares que hoje estão no trecho 1, tem o Restaurante 360°, que é uma obra cujas fotos andam pelo mundo inteiro, fotos do nosso bar 360°, que é dentro do Guaíba. Hoje nós temos uma dificuldade, pois não tem uma regulamentação hidroviária de um lado. Nós podemos utilizar muito mais do que estamos utilizando, não só a parte terrestre da orla do Guaíba, onde está se avançando, como também a parte de um lado do Guaíba que precisa de uma regulamentação.

O Ver. Moisés teve um trabalho – não vou ler aqui o projeto porque é bastante extenso –, em que ele consegue dar explicações e uma quantidade de detalhes para buscar uma regulamentação e dessa forma incentivar ainda mais o turismo náutico, não só o de recreação, mas também a qualidade para podermos incentivar o transporte

público marítimo que depende dessa aprovação. Muitas vezes a gente vê um vereador que vem aqui dizer que é a favor de que haja um barco até a Restinga, então aqui começa uma regulamentação hidroviária para que isso se torne realidade. É importantíssimo o projeto do Ver. Moisés, e quando se diz que tem pressa na votação, simplesmente não leram nem o número do processo, porque está aqui, o processo é de 2018, Ver. Bobadra. Então não venha aqui dizer que o projeto do Ver. Moisés não teve discussão, que tem pressa para votar. Eu acho que estamos atrasados com a não votação desse projeto, Ver. Moisés. Nós deveríamos ter votado antes, incompetência minha, como líder do governo anteriormente, dois anos, que não o procurei e disse para votarmos esse projeto. Nós, o Município de Porto Alegre, estamos perdendo o desenvolvimento de atividades náuticas numa orla maravilhosa que nós temos, desenvolvendo trabalho e renda. E o vereador que veio antes disse que o nosso público trabalhador não tem dinheiro para comprar barco; eu também não tenho dinheiro para comprar barco, mas eu não posso proibir que quem tem dinheiro use os barcos pela orla. Se eu não tenho dinheiro, vou ficar sentado olhando, apreciando, e nós vamos gerar emprego, talvez a gente possa alugar um barco para fazer um passeio pela orla do Guaíba. Agora, dizer que não tem dinheiro para pegar barco e proibir que os outros usem é o fim, é um atraso! Nós não podemos admitir que Porto Alegre continue tendo atrasos como esse. Nós precisamos aprovar urgentemente esse projeto, já devíamos ter aprovado no ano passado, Ver. Moisés, desculpa por não ter votado antes o seu projeto. Desculpa a Porto Alegre, porque esse projeto é importante para a cidade, é um avanço para Porto Alegre. Parabéns, Ver. Moisés, seu projeto é muito bom e vamos aprová-lo, sim. Muito obrigado, Ver. Márcio.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 116/18.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Boa tarde, colegas vereadoras e colegas vereadores, venho até esta tribuna para debater um sistema que, sem sombra de dúvida, é muito importante: nosso lago Guaíba. De fato, o que querem fazer do lago? O que querem fazer das estruturas que estão próximas ao lago? O que querem fazer com o futuro do lago? No passado nós já sabemos o que fizeram com o lago, não só no Município de Porto Alegre, mas os afluentes também e outros municípios, outras gestões. Com base no passado podemos ter uma inferência, não é certeza, mas é uma noção do que pode vir a acontecer. Tem coisas na vida que a gente se engana uma vez, se engana duas vezes, não se engana três vezes. Nesse sentido eu fico pensando quando se fala, por exemplo, de transporte alternativo. Muitos vieram antes de nós e que alternativas trouxeram? Alternativa não é aquela que eu percebi como cidadão desta cidade de colocarem milhões de reais nas empresas de transporte privado da capital,

dinheiro público! Pega aqui do caixa da Prefeitura e bota no CNPJ do Fulano, do Beltrano, do Sicrano e assim vai adiante, vai botando ali. Eu vejo o projeto aqui com vários artigos, várias possibilidades, mas ele entra em contradição com outras posturas de um passado muito recente. Portanto, podemos perceber algumas intenções que nos parecem positivas. A forma como se usa esse microfone aqui pode trazer alentos para quem ouve, mas para quem conhece os meandros da política, aí sim, devemos recuar. Como diz o gaúcho: “ressabiado fica quando já conhece o passado de outrem”. Eu, nesse sentido, quero dizer que um projeto dessa envergadura tem que ter a cidadania como acolhedora e debatedora primeiro. Por tanto, não pode ser um debate açodado, rápido, ele tem que ser um debate sequenciado em várias etapas, com a opinião pública a partir de vários atores, culminando, claro, num projeto de lei. Por que não? É para isso que a Câmara existe, mas é preciso que os movimentos ambientalistas expressem de verdade a sua preocupação e tragam não só isso, mas o conhecimento científico para abalzar alguma proposição que possa trazer positividade real para todos os atores envolvidos nisso. Então eu fico muito preocupado – como tenho ficado, claro, algumas vezes aqui nesta tribuna e nesta Câmara – com algumas proposições que se pintam de amarelo, mas na verdade são azuis. E eu quero dizer mais ainda, encaminhando para o final aqui da minha intervenção: projetos que tratem de debater, de fato, melhorias, durante a pandemia, eu acho que a gente deveria suspender. Se nós queremos mesmo melhorias, tem que trazer o povo para o Orçamento Participativo, no amplo debate, na ampla construção. Nós, parlamentares, não devemos ter medo de ouvir o povo exaustivamente, muito, muito, muito, mesmo, colegas vereadores e vereadoras, para aí, sim, a gente materializar os anseios do povo de Porto Alegre, não os anseios, muitas vezes, de uma parcela ou duas da população. Por isso, infelizmente, neste momento, dado o tempo, dado o açodado do processo, eu terei que votar contra este projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth está com a palavra para discutir o PLL nº 116/18.

**VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB):** Boa tarde, bom, esse projeto maravilhoso, apresentado sobre a orla, é um projeto que eu gostaria de já ter visto há 20 ou 30 anos em Porto Alegre. Quando a gente escuta aqui parte da esquerda falando, a gente entende por que Porto Alegre tem, em vários grupos, o título horrível, o título simbólico de “Cuba do Sul” ou “pequena Havana”, porque tem uma verdadeira esquerda que é uma vanguarda do atraso, mofada, nesta cidade que não se atualiza, que não olha o que há de melhor no mundo, o que gera emprego e renda, o que é bonito de olhar, o que tem turismo, o que faz com que as cidades se desenvolvam, cresçam, se tornem relevantes no cenário nacional e internacional. Se em Porto Alegre já tivessem aprovado esse projeto, nós já estaríamos numa outra situação como cidade, nós já teríamos condições de estar atraindo turistas aos milhares. Porque turismo é uma das

coisas que mais gera emprego e renda no mundo todo. Então, quando a gente vê uma tentativa... Porque essa emenda aqui é uma “pegadinha do Mallandro”, pegadinha, porque quando ela coloca ali que a gente precisa ter um aumento de 500 metros para reservas, APPs, nós estamos inviabilizando, e é isso que essa emenda pretende com todo e qualquer investimento comercial que possa ser feito nos 72 quilômetros de orla que Porto Alegre tem. Ou seja, com a pretensa desculpa de estarem ajudando o meio ambiente, na verdade, é a amarra, é esse gesso que significa a esquerda de Porto Alegre, que engessa o que tem de melhor e não permite – apesar de dizer o contrário – que se gere emprego, que se gere renda e que haja oportunidades na cidade de Porto Alegre. Então é impossível aprovar essa emenda por esse motivo. Aqui fala com vocês uma defensora do meio ambiente, sempre defendi e sempre defenderei o meio ambiente, só que a verdade é a defesa do meio ambiente sustentável. E hoje o potencial que nós temos na orla do Guaíba, que foi negligenciado durante décadas, está despertando, Porto Alegre está acordando para o mundo. Uma cidade que durante anos se constituiu de costas para rio Guaíba agora parece despertar. Nos últimos dez anos a gente começa a ver, graças ao Pisa, que foi feito lá atrás, e a toda balneabilidade que foi dada a vários lugares, a gente consegue ter essa cidade que olha para o rio, se orgulha do que vê, que gera emprego, gera renda e oportunidades que é o que todos precisam aqui. Então vamos parar de ser hipócritas, porque muita gente foi contra a revitalização da orla e hoje vai lá tomar chimarrão no domingo. Muita gente fez movimento contra a revitalização está lá agora na cadeirinha, tomando sol e curtindo com os amigos, que maravilha! Que isso seja expandido não só para a área central de Porto Alegre, mas que isso alcance o Lami, Belém Novo, que estão abandonados, eu sei que tem um olhar para lá e sei que isso vai mudar. A ideia é que a gente tenha 72 quilômetros de orla usáveis por toda a população. Vai ter lugar pago, vai ter gratuito, vai ter lugar para todo o bolso, vai ter lugar para quem não tem bolso, vai ter lugar para todos. Agora vamos parar de atrapalhar o desenvolvimento da cidade. O tempo da vanguarda do atraso acabou. Porto Alegre não vai mais ser “Cuba do Sul”. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLL nº 116/18.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Sr. Presidente, colegas vereadores e colegas vereadoras, público que nos assiste, eu quero parabenizar o Ver. Moisés pela iniciativa. Alguns colegas devem lembrar que na gestão desta Casa do ex-vereador Valter Nagelstein nós fizemos uma sessão dentro do catamarã. Isso é um sonho para todos os porto-alegrenses, para todos nós: ver essa orla bombando, do Lami até a divisa de Canoas. Eu digo que venha preparada no Inter e, para não dar ciúmes nos gremistas, no Grêmio também. Diz aqui o projeto (Lê.): “Institui a Política Municipal de Sustentabilidade Hidroviária [olhem o detalhe: sustentabilidade, sustentável] de Porto Alegre nas dimensões cultural, ambiental, social e financeira, dispondo sobre o conjunto



de objetivos, princípios, diretrizes, instrumentos adotados pelo Poder Público Municipal, isoladamente ou em regime de cooperação [pode trazer verba federal, estadual] com Governo Federal, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Consórcios Municipais, Municípios, Pessoas Jurídica de Direito Privado e Pessoas Físicas, com vistas a Orla do Guaíba”. Então parece que tem colegas vereadores que são contra o desenvolvimento. O nosso sonho é ver toda a nossa orla, desde lá de Itapuã, com muitas atrações, porque a nossa orla é muito linda. E só para lembrar, porque os colegas sabem: já houve duas audiências públicas e esse projeto está protocolado desde 2018 aqui. Eu lembro muito bem, Ver. Moisés, que o dono do catamarã disse, naquela sessão plenária dentro do barco: “Eu quero, só falta o governo querer”. Está aqui o projeto, vai ser o pontapé inicial para que venham investidores para Porto Alegre. Parabéns, conta com o meu voto, do Republicanos, da Ver.<sup>a</sup> Bárbara, tu tens dois votos hoje à tarde. Um abraço do tamanho do Rio Grande!

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLL nº 116/18.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** O tema é muito bom, da questão da orla do Guaíba, que se estende por 70 quilômetros ao longo de toda a costa de Porto Alegre. Dei uma lida aqui e vi que algumas emendas são importantes, algumas procuram atrapalhar o projeto. Parabenizo o vereador, acho que é um tema muito importante que traz visibilidade para um ponto da nossa cidade que até pouco tempo atrás nós estávamos de costas. A orla do Guaíba tem um grande potencial turístico e isso tem se revelado com o aumento da frequência de visitantes tanto no trecho 1, que já foi entregue há algum tempo para a cidade, quanto nos outros trechos que estão sendo revitalizados. Esse projeto traz maior segurança jurídica para aquelas pessoas que visam empreender na cidade no ramo náutico, pode ser no transporte, pode ser no esporte, pode ser no lazer. Acho que é importante a gente não ignorar que essas pessoas existem. Elas existem e, trazendo segurança jurídica para que elas possam atuar, com certeza, isso vai acabar florescendo. Hoje nós temos ainda poucas alternativas para explorar economicamente o turismo na nossa orla e essa é uma forma de garantir que isso possa prosperar na cidade – quero lembrar que, muito em breve, se é que já não foi inaugurado, o Cais Embarcadero vai fazer justamente isso. O Ver. Barboza está tentando trazer para a discussão aqui na Câmara de Vereadores um tema que já está batendo na nossa porta há algum tempo. As emendas, algumas muito boas, desburocratizantes, falam nas possibilidades de transporte, inclusive carona por meios de transporte aquaviário, que poderiam ajudar inclusive a desafogar o trânsito na BR, nas pontes onde são utilizados os transportes das pessoas que vêm de Guaíba e de outras cidades que fazem margem oposta à cidade de Porto Alegre. Até estava brincando aqui, enquanto ouvia os vereadores comentarem e enquanto eu lia o projeto, sobre a possibilidade, daqui a pouco, de nós termos um Uber *jet ski*, ou algum outro tipo de

transporte por aplicativo que vai nos integrar à cidade de Guaíba. A gente está a menos de dois ou três quilômetros de distância de uma cidade vizinha, muito mais perto do que qualquer outra cidade daqui da Região Metropolitana, mas para conseguir chegar a gente precisa dar uma volta pela Av. Mauá, pegar a BR, depois entrar no outro lado da costa para conseguir chegar na cidade; seria uma forma muito mais inteligente de integrar a costa da cidade de Porto Alegre com a costa da cidade de Guaíba e de outras cidades do lago Guaíba. Então até vi que existe uma discussão sobre se é rio ou lago, sempre achei que era uma discussão filosófica, mas hoje eu me dei conta de que, na verdade, é uma discussão ideológica, porque na legislação federal se constar como rio vai ter uma margem de proteção permanente, ou seja, vai inviabilizar as pessoas naquela distância, a partir da costa; e se foi considerado lago, vai ter outra margem muito menor, o que é considerado hoje, e temos todas as construções que já são existentes, que já estão prestando um serviço para a comunidade, a exemplo do que acontece hoje com a orla do Gasômetro. Todos nós frequentamos, eu duvido aqui que algum vereador da cidade de Porto Alegre não tenha ido na orla do Gasômetro pedir votos, visitar a população, confraternizar com seus amigos; se nós todos fizemos isso em algum momento, não quero acreditar que sejamos hipócritas em agora querer destruir esse bem público que custou muitos milhões de reais – cerca de R\$ 56 milhões, se não me engano, o trecho 1, a orla do Gasômetro – e tantos outros que estão sendo utilizados para custear o trecho 2 e o trecho 3. Então, o projeto é bom, merece mérito. As emendas do então Ver. Gomes são muito boas, tiram eventuais burocracias, respeitando legislação superior, mas permitindo que as pessoas possam empreender. Isso se fala aqui, que as pessoas precisam de renda, precisam de emprego, está aqui uma boa oportunidade de a gente demonstrar para as pessoas que a cidade de Porto Alegre, por meio da Câmara de Vereadores, está preocupada em desburocratizar e gerar oportunidades, que é o que está acontecendo aqui com o projeto do Ver. Moisés Barboza, que está em discussão, sobre o Plano Municipal Hidroviário. Parabéns vereador, conte com o voto do Cidadania, e vamos aprovar esse projeto que pé muito importante para a cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLL nº 116/18.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Muito obrigado, Presidente; boa tarde a todos os colegas. Já foi aqui exaustivamente falado sobre os benefícios desse projeto do meu amigo e colega, Ver. Moisés Barboza. A gente sabe, Moisés, da tua trajetória na questão do meio ambiente, da tua preocupação na preservação do meio ambiente, da tua experiência profissional na questão o meio ambiente, então, se tem um projeto que alia a preservação do meio ambiente e, mais do que isso, a aproximação do nosso Guaíba com a cidade de Porto Alegre, fomentando também a geração de

emprego, renda, novos investimentos na cidade, é esse teu projeto. Então, tu estás de parabéns por isso.

Eu fiz questão de subir à tribuna, porque tem algumas teses, algumas linhas de argumentação que eu acho fantásticas. A esquerda sobe aqui para dizer que esse projeto vai beneficiar os ricos da cidade, quem anda de lancha. Pois bem, eu digo que esse projeto vai beneficiar o Seu João, que é vigia de um clube náutico; vai beneficiar a Dona Maria, que faz serviços gerais de limpeza, também no mesmo clube náutico; vai beneficiar o Cleber, que é frentista de um posto de combustível que vende o *diesel* que é utilizado nas lanças desse mesmo clube náutico. Ele já beneficiou o Carlos, que fez um bico e foi lá nesse clube cortar a grama num final de semana. Beneficia também a Ana Júlia, que vende seguros, inclusive seguros náuticos de lanchas; beneficia também a Dona Carmelita, que tem um restaurante onde a Ana Júlia vai todos os dias almoçar próximo a sua loja, a sua agência de seguros; beneficia também a Dona Joana que faz quitutes, lanches para o pessoal que sai de barco andando pelo Guaíba, e inclusive o Seu Ênio levou o seu filho para ver os barcos andando pelo Guaíba, chamando a atenção dele, e aproveitou para comprar uma pipoca do Seu Manoel. Na lancha está o ricaço? Não, na lancha está o Paulo, que trabalhou muito para um dia comprar uma lancha, ter o seu *hobby* e poder andar no nosso Guaíba ao pôr do sol. E aí eles sobem aqui e dizem que o projeto é para beneficiar o Paulo, mas esquecem do João, da Maria, do Ênio, do Cleber, do Carlos, da Ana Júlia, da Carmelita, da Joana, do Manoel e também do pequeno Gabriel, que foi ver os barcos no Guaíba. Parabéns pelo projeto e vamos aprová-lo!

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 116/18.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Presidente, boa tarde; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste. Impossível eu não vir à tribuna e fazer uma defesa de um projeto de lei tão maravilhoso. Ver. Moisés, parabéns! Como disse o Ver. Mauro, demoramos para colocar em pauta, conversar sobre um projeto que fala sobre sustentabilidade. Realmente, outro dia tinha um vereador falando aqui que falta estudo; falta estudo, realmente falta estudo para alguns vereadores conhecerem interpretação de texto, falar sobre sustentabilidade na teoria e na prática, porque muitas vezes são desconexos, falam uma coisa na teoria, mas a prática é outra.

Eu lembro, e muitos vereadores falaram, mas esqueceram de lembrar a questão de a orla ser muito melhor do que era. Quando a orla estava para ser ampliada, não sei se os senhores lembram, mas tinha um pessoal que não queria tirar as árvores e subiram nas árvores, ficaram agarrados nas árvores, Presidente, não deixando que o progresso, que a melhoria, que o empreendedorismo, que a sustentabilidade, inclusive, melhorasse aqui em Porto Alegre. Mas, quando aconteceu um temporal e as tais árvores

foram para o chão, eu não vi nenhum daqueles “ecochatos” irem lá ajudar a retirar as árvores caídas. Felizmente tivemos a orla sendo melhorada, ampliada e os porto-alegrenses podendo usufruí-la. A primeira exposição de motivos deste projeto diz: “ênfase na segurança e na defesa da vida, com objetivos sociais, turísticos, esportivos, culturais, educacionais, científicos, recreativos junto à orla do Guaíba”.

Lembro-me de quando o PT estava da Prefeitura, falava-se em preservar o meio ambiente, e a orla foi a primeira a ter o descaso, pois ali serviu para junção de lixo, uso de entorpecentes – a “maconheirada” foi toda para ali – e prostituição. As famílias porto-alegrenses foram afastadas da orla, porque não tinham como estar num local onde a criminalidade tomou conta.

Ninguém quer destruir o meio ambiente, ninguém aqui quer fazer com que a orla do Guaíba não seja atrativa; agora, não venham falar dessa política hipócrita que não diz a realidade, que quer fazer de conta e é contra tudo e contra todos porque o projeto não é deles. Nós temos que ter um investimento racional, e este projeto tem um investimento racional e equilibrado. Aqui, no meio de uma pandemia, nós estamos falando em saúde. Estar na orla do Guaíba é ter saúde, é caminhar, é aproveitar. Estamos falando também em empregos; empregos que, infelizmente, muitos trabalhadores perderam, e essa é a possibilidade, Ver, Moisés, de ampliar, sim, os empregos. É a possibilidade de nós mostrarmos Porto Alegre para os porto-alegrenses, para os rio-grandenses, para o mundo, trazendo outras pessoas e nós batermos no peito e dizermos: como é bonita uma orla cuidada, uma orla segura, uma orla sustentável que cuida do meio ambiente, e mais do que isso, faz com que as pessoas tenham prazer em estar morando em Porto Alegre. Porque tem vereadores, como o Ver. Moisés – e tantos outros que dirão sim neste momento –, que cuidam da cidade onde moram. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 116/18.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Muito obrigado, Presidente. Quero ser rápido e sucinto. Eu aprendi nas minhas andanças que quando o projeto é bom, não precisa muita discussão como está acontecendo hoje aqui. Vamos votar, gente; nós precisamos votar para limpar essa pauta. Eu vou votar favoravelmente ao projeto, porque ele é muito bom, não preciso explicar o que já explicaram, ser repetitivo. Vamos votar, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 116/18.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, colegas vereadores, eu queria falar do histórico, do passado, do período em que tiveram membros desta Casa que entraram com árvores, com galhos e galhos de árvores querendo dizer que se estava destruindo o meio ambiente, a fauna, a flora da cidade de Porto Alegre, e que nós estávamos nos encaminhando para destruir o rio Guaíba. Isso foi igual a uma falácia que muitas vezes foi contada no Rio Grande do Sul, de que com a vinda da silvicultura nós estaríamos criando um deserto verde. Nunca vi deserto verde, o deserto é morte, é uma coisa em que nada se cria e não um lugar onde se tem milhares e milhares de árvores plantadas, como ocorre hoje no Rio Grande do Sul; nós temos parques de reflorestamento. Só que na hora de produzir a celulose, de produzir os materiais que as árvores nos dão, as fábricas hoje estão todas no Uruguai, na Argentina e quase nenhuma aqui no Rio Grande do Sul, que estava pronto para construir um parque florestal, um parque de beneficiamento de todas essas madeiras.

A mesma coisa a orla; uma orla que vem se transformando num cartão postal, hoje não tem mais espaço só para a Usina do Gasômetro em si, tem espaço para toda a orla, que se tornou um grande cartão postal da nossa cidade, e social também, porque gera emprego, não só os empregos que o Ver. Ramiro falou, mas empregos de pessoas que estão ali na beira da orla, vendendo esse cartão postal e irão gerar recursos para a sua família. Estamos falando de uma orla em que hoje não tem nada. Hoje não tem a preservação ambiental, não tem a possibilidade de as pessoas estarem ali, estamos falando de alguns lugares em que será permitido ancorar barcos, lanchas, *jet ski*, caiaques e tudo que circula no Guaíba, e junto com isso terá essas estruturas.

Então, se eu não como carne, eu vou fechar todas as churrascarias de Porto Alegre? Se eu não como peixe, vou fechar toda as peixarias de Porto Alegre? Eu acho que não é assim que funciona. Se eu não tenho barco, não é que vou proibir; se eu não tenho moto, vou proibir as motos? Eu não tenho carro, vou proibir os carros; eu não tenho bicicleta, vou proibir as bicicletas? Eu acho que não é por aí. Eu acho que o Ver. Moisés, com as emendas, faz um projeto para integrar de fato a cidade de Porto Alegre ao seu rio, ao seu lago, às suas águas, melhor dizendo, beneficiando o Lami, o Belém, a Ponta Grossa, Ipanema, Guarujá, toda a orla do Guaíba, vai transformando toda a orla do Guaíba em algo que irá virar cartão postal não só da nossa cidade, mas do Estado. Então, Ver. Moisés, nós votaremos junto com o seu projeto, votaremos nas três emendas para integrar o rio, o lago Guaíba à cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Não havendo mais inscritos para discutir, peço ao diretor legislativo para proceda com a leitura das emendas para que possamos passar à votação, uma a uma.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura das emendas ao PLL nº 116/18.)

**Vereador Aírto Ferronato (PSB):** Quem são os autores das Emendas nºs 01, 02 e 03?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** As Emendas nºs 01, 02 e 03 são de autoria do Ver. Moisés Barboza e do Ver Ricardo Gomes.

**Vereador Aírto Ferronato (PSB):** E a Emenda nº 04?

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** A Emenda nº 04 é de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga.

**Vereador Aírto Ferronato (PSB):** Está bem, obrigado.

**Vereador Felipe Camozzato (NOVO) (Requerimento):** Presidente, solicito a formação de um bloco de votação para as Emendas nºs 01, 02 e 03, ao PLL nº 116/18.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Temos acordo dos líderes?

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Tem lógica esse requerimento. Eu não consultei as bancadas de oposição, mas não há dúvida de que esse requerimento tem lógica. Eu não vejo nada contra, mas seria bom ouvir o Ver. Roberto Robaina – o Ver. Aldacir Oliboni está de licença –, o líder do PT, e a liderança do PCdoB, mas eu vejo que tem lógica, assim como teria lógica fazer um bloco das Emendas nºs 04 e 05.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento):** Presidente, solicito a formação de um bloco de votação para as Emendas nºs 04 e 05 ao PLL nº 116/18.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLL nº 116/18. (Pausa.) O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Bom, vereadores e vereadoras presentes nesta sessão, público que nos assiste, de fato a discussão que tivemos aqui sobre o projeto vai parecer um tanto estranha para a população de Porto Alegre quando as pessoas analisarem os argumentos que foram aqui apresentados com o

tema do projeto que trata de uma questão vital para a nossa cidade, o nosso Guaíba. Não foi falado aqui, em momento algum, pelas vereadoras e vereadores que defenderam o projeto, sobre como mitigar o impacto socioambiental desse projeto. Em nenhum momento foi falado isso; parece que nós estamos debatendo uma questão que tem um impacto para toda a nossa cidade, sob o pondo de vista ambiental, e não estamos em meio a uma emergência climática. Não há de ter nenhuma preocupação sobre esses aspectos, nada? O projeto não delimita qual o impacto ambiental no momento em que a nossa cidade vive uma situação grave do ponto de vista dos seus instrumentos de fiscalização. Eu não sei se os vereadores têm conhecimento de que a Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, neste momento, dispõe de apenas um carro para fazer a fiscalização em toda a nossa cidade, um carro apenas! Essa é a situação neste momento. E vocês vêm falar em fomentar o uso do Guaíba do ponto de vista turístico, esportivo, como se um *jet ski* não deixasse combustível na água, como se ele não causasse ruído, como se o Guaíba não fosse estratégico para a comunidade pesqueira do Rio Grande do Sul. Repito: cerca de 80% da população do nosso Estado têm contato direto com a bacia do Guaíba, com esse curso de água. Só no Guaíba existem mais de 50 espécies de peixes, 10 que têm interesse alimentar para a nossa população e, em nenhum momento da discussão desse projeto, foi falado sobre o interesse da comunidade pesqueira! Nós já temos um monitoramento que aponta a deformação de várias espécies de peixes, principalmente por causa da poluição industrial no Guaíba, mas nada disso passou pela discussão. A área de preservação permanente, infelizmente, a maioria desta Casa não sabe do que se trata uma área de preservação permanente, não significa que não possa haver construção. Têm várias cidades do Brasil que estão dentro de área de proteção permanente, mas tem de ter regramento para não ocorrer o que está começando a acontecer na nossa orla, com esse papo de desenvolvimento. Desenvolvimento para quem? Vamos olhar para aquele condomínio lá, o Golden Lake. Eu li, alguns dias atrás, no jornal Zero Hora, notícia da primeira venda de apartamento feito lá: mais de R\$ 7 milhões uma cobertura na orla do Guaíba. É para isso que vocês querem desenvolvimento na nossa orla? Para tirar o acesso da população, privatizando aquilo que é o bem público, social e histórico e cultural da cidade de porto Alegre? Ou nós não somos um porto, não carregamos a história do Guaíba no nosso nome? Para vocês privatizarem para uma pequena parte da nossa população que tem, neste momento de crise em que nós vivemos, disponibilidade de fazer um belo de um investimento, mais de R\$ 7 milhões para morar com vista para o Guaíba, isso é desenvolvimento? É essa a questão? Fala-se nos interesses da construção náutica, da prática de esporte, mas não se consulta os moradores do arquipélago. Sobre quem vai no final de semana ao arquipélago, à Ilha da Pintada, por exemplo, perguntem para os moradores como está a situação lá, podem perguntar sobre os ruídos, o barulho, o desrespeito com a vida daquela comunidade, porque tem gente que vai para lá e acha que tudo é festa. Essa é a visão que está se desenvolvendo, sem preocupação ambiental, como se a maioria da água que a cidade de Porto Alegre consome não viesse do Guaíba, ela brota do nada. “Não tem que ter preocupação nenhuma com a preservação do nosso rio”, essa é a questão que nós estamos discutindo aqui, neste momento, isso tem de ficar bem nítido.

A emenda do atual vice-prefeito Ricardo Gomes é um absurdo. A maneira mais fácil de explicar a emenda, para quem não entende, é lembrando aquela fala do Ministro de Meio Ambiente do Bolsonaro de que agora tem de aproveitar a pandemia para passar a boiada sobre a natureza, para degradar as nossas condições ambientais, porque, quando se coloca em primeiro lugar, ao estarmos falando do elemento vital para o desenvolvimento para a nossa cidade, o interesse econômico e não o interesse da preservação ambiental, vocês estão colocando em risco o desenvolvimento da vida das próximas gerações na cidade de Porto Alegre. É isso o que vocês estão fazendo neste momento, e por isso que nós vamos votar “não” a esse primeiro bloco de emendas e ao projeto também.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra encaminhar a votação do PLL nº 116/18.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** Boa tarde a todos. Com relação a essas emendas, eu as tinha tangenciado – algumas são do vereador autor, outras do vereador, agora vice-prefeito – e eu concordo que a nossa preocupação seja a mesma. Nós temos a preocupação com o mesmo objeto: a exploração, de maneira sustentável, a longo prazo, da orla do Guaíba, que costeia boa parte da cidade Porto Alegre, que, inclusive, é rasgada por vários rios e córregos, desde o município de Viamão, outros córregos vêm da cidade de Gravataí e Alvorada, então nós temos essa preocupação com relação a nossa orla, que é muito extensa, uma das maiores aqui do Estado, fora obviamente aquelas que são da costa – por exemplo Rio Grande ou outros, nesse sentido. Entretanto a nossa divergência é a nossa abordagem sobre o problema. Alguns de nós pensam que para manter a sustentabilidade da nossa orla nós precisamos desenvolver economicamente, gerando a presença das pessoas através de atividades náuticas, de esporte, de transporte; e outras pessoas, vereadores, no caso, pensam que a manutenção, a preservação se dá por mantê-la inabitável, sem qualquer presença de pessoas ou de atividade econômica, reduzindo nossa costa somente para atividade pesqueira. Essa é a interpretação que eu faço. Eu não digo que isso é errado por parte daqueles que estão contra o bloco de emendas apresentado aqui, só entendo que é um ponto de vista diferente, com qual eu não concordo. Inclusive, eu acho que vai contra o argumento que a própria esquerda costuma citar, quando fala que é a ocupação que gera a preservação dos espaços públicos, por exemplo, como as praças. É uma bandeira da esquerda manter a presença da população nas praças, pois é a presença da população que gera a preservação daqueles espaços. Eu não consigo entender por que a presença da população nas praças gera preservação do espaço, e isso é bom para cidade, mas a presença das pessoas na orla, praticando esportes, utilizando-se dessa infraestrutura para transporte, é ruim. Por essa incoerência, eu entendo que se deve analisar com um pouco mais de profundidade esse caso. Daí eu penso, nesse caso, que a esquerda, que é contra essas emendas, possa lembrar que, nesse mesmo quesito, para praças, ela é a favor;



trazendo exemplo para água, para a orla, ela é contra. Acho que é só uma discussão ideológica, acho que cada um tem o seu ponto de vista. É importante que a gente tenha pontos de vista diferentes, inclusive porque alguma coisa que eu esteja falando neste momento pode soar como besteira para algum vereador, para outro pode soar como algo que ele não tinha pensado, que isso poderia ser algo a ser levado em consideração. Por outro lado, as colocações do vereador que se opõe às Emendas nºs 01, 02 e 03 também podem, em alguma medida, nos fazer pensar sobre outras demandas que talvez o projeto principal não tenha levado em consideração, como é o caso da população que se utiliza do nosso Guaíba como uma fonte de renda a partir da pesca. Então, só para colocar essa divergência, essa incoerência, mas também para dizer que todo debate gera crescimento. Acho que as colocações, tanto as minhas quanto as do vereador, vieram para qualificar e trazer mais clareza para os vereadores que ainda não definiram seu voto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 116/18, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Vereadores e vereadoras, o primeiro registro que faço é sobre a elegância das colocações do Ver. Jessé. É assim que se debate: respeitando o ponto de vista do adversário. Não é agredindo, xingando, até porque as pessoas que mais xingam e mais agrirem são as pessoas que têm menos argumentos.

V. Exa. tinha bastante argumentos, contrários aos meus, mas respeitáveis. Pessoas que xingam não sabem nem a história do rio Guaíba, nem mesmo da utilização do transporte coletivo de passageiros pelo rio Guaíba. Tem uma lei de 1989, de minha autoria, que só foi usada uma vez e foi utilizada pelo Prefeito José Fortunati, em 2012, quando ele foi fazer um convênio, em Guaíba, para a criação e utilização dos catamarãs. Esta lei está em vigor em Porto Alegre desde 1989; eu a fiz como vereador, como fiz, como deputado, a lei de transporte hidroviário no Estado, com rota saindo do Guaíba e chegando até Uruguai – pelo Guaíba, abrindo canal até a Lagoa dos Patos, depois pela Lagoa Mirim até o Uruguai, por cerca de 3 horas e com velocidade moderada. Então nós tentamos, sim, e as leis estão em vigor. E agora eu vou lhe contar mais, e me dirijo a V. Exa., pela sua educação e sua elegância no debate, eu gosto disso: por que não foi feito o transporte hidroviário de passageiros em Porto Alegre e nunca será feito? Não é por falta de lei, a lei existe, mas é por que os empresários de ônibus não deixam, e eles mandam no Executivo. Por que não fizeram o transporte hidroviário coletivo de passageiros no Estado, que poderia ligar toda a grande Porto Alegre, inclusive pelo rio Guaíba e rio Gravataí? Eu apresentei um estudo na Metroplan, eu levei seis meses elaborando o projeto, eu me reuni com todos os setores, desde a Famurs até o pessoal do catamarã. Porque os empresários de ônibus não deixam, não permitem. E tanto o governador anterior quanto o atual obedecem aos empresários de ônibus; e tanto os

prefeitos anteriores como o atual obedecem aos empresários de ônibus. É isso. Agora eles vão deixar *jet ski*? Claro que sim. Essas coisas eles deixam, mas o transporte de passageiros, não. Eles não vão deixar, podem fazer o que quiserem, eles não vão deixar – depois lembrem dessa conversa!

Agora querem valorizar a orla para, como disse o Ver. Matheus, vender apartamento de R\$ 7 milhões. Não é para uma utilização racional, não. E não é essa a intenção do Ver. Moisés Barboza; a intenção do Ver. Moisés Barboza é boa, o projeto é que carece de elementos, e muito, de proteção ambiental. A intenção dele é boa, mas a intenção do Executivo não vai ser boa. Vocês vão ver como eles vão pegar esse projeto e transformá-lo em área de valorização de empreendimentos imobiliários. É isso que eles vão fazer; como disse o Ver. Matheus Gomes, para o transporte coletivo de passageiros: os empresários vão lá e dizem não, e o Executivo obedece, fica quieto e só faz o que eles mandam; é sempre assim. Podemos anunciar isso aqui agora, e eu faço questão de anunciar, porque vocês vão olhar vão ver, vão lembrar e vão dizer: “mas vem cá, não dá para voltar?” Não. Isso não, bota *jet ski*, bota barquinho individual, bota pessoas que têm barco, bota quem pode. Para transporte coletivo, para as pessoas se beneficiarem – como a lei em vigor em Porto Alegre, de minha autoria, estabelece –, para ligar o Lami, Belém Novo até a Restinga, por módulos, da Restinga até a orla por ônibus, depois via fluvial até o centro, não, isso eles não deixam. Não vão deixar. Nem com a minha lei, nem com a sua e nem com nenhuma. O que eles vão fazer é: pode *jet ski*, pode barquinho, podem lanchas individuais e são valorizados setores imobiliários. É para isso que eles vão aproveitar, e não é essa a intenção do Ver. Moisés, mas é o que o Executivo vai fazer. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Giovane Byl (PTB) (Requerimento):** Presidente, gostaria de fazer um requerimento para que a sessão de hoje se prolongue pelo período regimental de duas horas. Gostaria de pedir a compreensão de todos os vereadores que estão *online* ou presentes na Câmara, para que possamos votar, ainda hoje, esse projeto que é tão importante para entidades conveniadas. Muitas estão nos assistindo pela TV Câmara e estão pedindo para que esta Casa coloque, ainda hoje, em votação esse projeto. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovane Byl. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Eu sou a favor do requerimento, eu disse ao Ver. Giovane Byl que nós deveríamos ter posto o projeto dele em primeiro lugar, eu previa essa situação. Nós corremos o risco, agora – é um projeto simples, nós o votaríamos em cinco minutos –, de não votarmos esse projeto, o que seria um absurdo. Isso tem a ver com merenda de criança. Então, é claro que eu apoio o

requerimento do Ver Giovane Byl, fico triste só por ele não ter apoiado o meu, de ser primeiro o projeto de autoria dele, que é muito importante. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Não havendo mais quem queira encaminhar, solicito que o diretor Luiz Afonso proceda à votação do requerimento.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pela presidência, o requerimento de autoria do Ver. Giovane Byl. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro aprovado o requerimento, de autoria do Ver. Giovane Byl, pela prorrogação da sessão por mais duas horas.

A Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 116/18.

**VEREADORA REGINATE BISPO (PT):** Colegas vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara e pelo YouTube; eu me inscrevi, porque achei importante que a nossa bancada se manifestasse depois de ouvir tantos argumentos no sentido de que a esquerda é contra o desenvolvimento, que a esquerda trava debates. Quero dizer que pensar o desenvolvimento da orla, da cidade de Porto Alegre tem os seus méritos, e acho isso importante, fundamental, mas, com aquilo que está colocado, especialmente o que segue com as emendas, deixa muito nítido que se trata de um projeto de privatização da orla do rio. O projeto propõe parceria com o governo federal e estadual, consórcios com municípios, com a iniciativa privada e com pessoas físicas. O cuidado que nós temos é este: que a orla continue pública, pois ela é um patrimônio ambiental da cidade de Porto Alegre. Também não podemos esquecer que o rio Guaíba é um rio vastamente poluído e é ele que nos abastece de água, é um rio vital para a vida na cidade de Porto Alegre. Então, nós queremos mais, a esquerda quer mais, o Partido dos Trabalhadores quer mais para a orla. Nós não queremos que, com essa cantilena de gerar emprego, vá se entregando o patrimônio público. Nós queremos que a Dona Mariazinha seja mais do que a faxineira do clube náutico, nós queremos que as mulheres, que os negros, que os indígenas, que toda a população de Porto Alegre tenha acesso a esse bem público que são as águas do rio Guaíba. Então queremos um projeto de desenvolvimento sério, que atenda a toda a população de Porto Alegre, não que vá criando, criando cada vez mais, espaços segregados, onde quem tem dinheiro pega os espaços privilegiados. Esta Casa tem responsabilidade com isso! Gerar emprego é bom, é importante; mas temos compromisso com isso; agora, não às custas do bem público, não às custas de proibir que um trabalhador que... (Problemas na conexão.) ...possa ir para a orla do rio, como a gente vê lá na Av. Cel. Marcos e em várias outras regiões

desta cidade, que estão tomadas por clubes e associações, onde a população não tem mais acesso ao rio. É isso que queremos. A população de Porto Alegre, historicamente, sempre ocupou a orla. Há mais de 30 anos moro em Porto Alegre e a orla de Porto Alegre sempre foi ocupada por pobres, ricos, quem tinha um *jet ski*, quem tinha um barquinho. Agora, este projeto aqui não indica onde isso vai ser preservado. É isso que a gente quer que a população de Porto Alegre ouça. É um projeto que promete, mas não diz como é que vai garantir que a pluralidade tenha acesso à orla do Guaíba, a esse bem natural e essencial para a vida de todos e todas. E ainda mais: nós vimos que a orla aqui, no centro, está urbanizada, é importante; mas nós já vimos as discriminações que foram feitas no porto, em toda aquela região, onde se tentou proibir que as diversas religiões se manifestassem lá. Esta Casa tem que ter a responsabilidade de dizer onde é que vai garantir que a pluralidade cultural desta cidade continue tendo acesso à orla. Então, por essa série de dúvidas, o projeto tem seus méritos, mas precisava ser mais discutido, principalmente com o usuário, com os pescadores do rio, com quem mora no entorno do rio; precisava ser discutido e levada a sério essa discussão. Por isso, a nossa bancada se posiciona contra as emendas e contra o projeto.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Não havendo mais quem queira encaminhar, passaremos, então, à votação do bloco 1, composto pelas Emendas n<sup>os</sup> 01, 02 e 03, ao PLL n<sup>o</sup> 116/18.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, as matérias constantes do bloco 1. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM** e 08 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Declaro aprovado o bloco 1, composto pelas Emendas n<sup>os</sup> 01, 02 e 03, ao PLL n<sup>o</sup> 116/18.

Passamos, de imediato, à votação do bloco 2, composto pelas Emendas n<sup>os</sup> 04 e 05, ao PLL n<sup>o</sup> 116/18.

**Vereador Roberto Robaina (Requerimento):** Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, solicito que seja lida a Emenda n<sup>o</sup> 04.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Por favor, diretor.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura da Emenda n<sup>o</sup> 04 ao PLL n<sup>o</sup> 116/18.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, as matérias constantes do bloco 2. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro rejeitado o bloco 2, composto pelas Emendas nº 04 e 05, ao PLL nº 116/18.

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** Em função da Emenda nº 05, a Emenda nº 04 acho até que seria boa, mas por ser inócua, eu votei “não”.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Eu votei “sim” porque negar é a prova da privatização. É claro que eu votei “sim”!

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Passamos, então, à votação do projeto.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLL nº 116/18. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM** e 10 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro aprovado o PLL nº 116/18. Cumprimentos ao Ver. Moisés Barboza.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Votei “sim”, com meus cumprimentos ao Ver. Moisés Barboza.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Registramos a presença do Sr. Wambert Di Lorenzo, diretor-presidente do Procon Municipal. Seja bem-vindo!

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0365/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 139/21**, de autoria dos Vers. Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Gilson Padeiro, Mauro Zacher, Kaká D’Ávila, Cassiá Carpes, Idenir Cecchim, Claudio Janta, Airto Ferronato e Pablo Melo e das Ver<sup>as</sup> Comandante Nádia, Psicóloga Tanise Sabino, Cláudia Araújo, Mônica Leal, Fernanda Barth e Lourdes Sprenger, que institui auxílio emergencial de prestação continuada às parcerias geridas por organizações da sociedade civil nas Escolas Comunitárias de Educação Infantil, na Educação integral, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, para jovens de 15 a 17 anos – Projovem Adolescente – e para idosos, e no

Serviço de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência do Município de Porto Alegre. (SEI 158.00048/2021-94)

**Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CECE e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e das Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01, 02, 03 e 04.

**Observações:**

- com Emenda nº 01, do Ver. Mauro Zacher;
- com Emenda nº 02, da Ver<sup>a</sup> Fernanda Barth;
- com Emenda nº 03, da Ver<sup>a</sup> Cláudia Araújo;
- com Emenda nº 04, do Ver. Hamilton Sossmeier;
- incluído na Ordem do Dia em 17-05-21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em discussão o PLL nº 139/21. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Vou ser bem breve, Presidente. Na verdade, eu só queria dar uma explicação com relação à Emenda nº 03, de minha autoria, onde eu solicito que sejam incluídas nesse auxílio as escolas privadas que têm convênio com o Município. Pois há vagas que o Município compra e que... (Problemas na conexão.) ...tenham esse repasse, como era de costume, em função da pandemia. Acho que é importantíssimo nós valorizarmos isso também, para que essas escolas que tanto sofreram com o fechamento desde o ano passado possam também receber esse auxílio emergencial tão bem proposto pelo nosso Ver. Giovane Byl. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLL nº 139/21.

**Vereador Mauro Zacher (PDT):** Presidente, abro mão da discussão pelo tempo e me inscrevo para o encaminhamento, pois tenho uma emenda que gostaria de encaminhar.

**Vereadora Fernanda Barth (PRTB) (Requerimento):** Presidente, solicito a formação de um bloco de votação para as Emendas nºs 01, 02 e 04 ao PLL nº 139/21; e a votação da Emenda nº 03, em separado.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Por que a terceira separada?

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Faremos uma consulta ao encaminhamento da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Presidente, pensei que a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth pediria a votação em bloco das quatro emendas. Nós temos que ganhar tempo e aprovar este projeto hoje. Não sei por que a distinção.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O vereador está encaminhando para fazer um bloco de todas as emendas, é isso?

**Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento):** Exatamente. Presidente, solicito a formação de um bloco de votação para as Emendas n<sup>os</sup> 01, 02, 03 e 04 ao PLL n<sup>o</sup> 139/21.

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** Eu também encaminho da mesma forma que o Ver. Pedro Ruas.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Com relação ao Requerimento da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, alguma objeção dos líderes?

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** Eu tenho objeção.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Eu tenho objeção.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Não havendo acordo de líderes, é impossível formar o bloco. Com relação ao Requerimento do Ver. Pedro Ruas para criação do bloco com as quatro emendas, temos acordo? (Pausa.) Alguma liderança é contra a criação do bloco com as quatro emendas? (Pausa.) Temos objeção dos líderes também, então não temos acordo para a criação do bloco das quatro emendas.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento):** Presidente, nós estamos tratando de uma questão social da maior relevância. E vejam bem que aqui não se vota por autor, pois os autores aqui vão do centro até a ultradireita, e nós vamos votar a favor. Eu sugiro, pelo tempo, já que não foi possível fazer bloco, que façamos a votação das emendas, que serão uma a uma, de forma simbólica, para ganharmos tempo. O pessoal está esperando a tarde inteira pela votação. Peço votação simbólica para as emendas.

**Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento):** Eu peço votação nominal para emendas e projeto, já que não temos acordo de líderes para fazer o bloco de votação das emendas.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Vai deixar as pessoas esperando, Ver. Janta, porque não houve acordo...

**Vereador Claudio Janta (SD):** As pessoas estão em casa, *on-line*, como eu e o senhor estamos, não tem problema nenhum, não tem ninguém na Câmara.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 ao PLL nº 139/21.

Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 139/21. (Pausa.) O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

**VEREADOR MAURO ZACHER (PDT):** Boa noite a todos, em especial aos vereadores e às pessoas que nos assistem, sei que tem muitos dirigentes de escolas infantis com as quais compartilho a nossa iniciativa de hoje à noite, e quero saudar o Ver. Giovane Byl, que se empenhou fortemente nesse processo. Nada mais justo e importante do que se mantenham os nossos convênios com as escolas infantis para que possamos manter as escolas não apenas em funcionamento como estão neste momento, voltando aos poucos a sua atividade, e esperamos que no futuro breve a gente possa voltar na sua plenitude e que os pais possam estar muito seguros de que suas crianças estão tendo o melhor atendimento. E eu tenho certeza que há uma dedicação muito especial por parte dos dirigentes e de toda equipe. Esse auxílio emergencial é justamente isso, porque as pessoas que trabalham há muito tempo, que se dedicam, que dirigem essas escolas, que tem educadores, que tem o pessoal da limpeza, da nutrição, são equipes formadas que acumulam alto grau de experiência. A manutenção desses convênios é fundamental para que nós não venhamos perder algo tão importante de pessoas que se dedicam quase que exclusivamente para que o Município possa ofertar esse número expressivo de vagas, que ainda é insuficiente para atender toda a demanda da cidade, mas fruto de uma caminhada de alguns anos da qual me orgulho muito por ter sido vereador neste período em que cresceu, em que se avançou e se ofertou muito mais vagas para a educação infantil. Trata-se de uma necessidade importante e fundamental que as nossas crianças venham receber o suporte pedagógico, a alimentação necessária, acompanhamento, e isso já faz uma diferença significativa no presente, mas sobretudo no futuro dessas crianças que nós estamos garantindo. Este é o momento da vida em que a formação cognitiva, em que a alimentação necessária é fundamental para essas crianças. Hoje o governo acerta, os vereadores que se dedicaram também acertam, e este vereador pede apoio porque a emenda só reforça, só conserta a iniciativa do projeto de lei garantindo que os pagamentos que inclusive já foram efetuados sejam efetivamente garantidos pela lei, e esse auxílio emergencial possa garantir que nossas escolas mantenham os seus educadores, os seus profissionais, essa estrutura mínima neste momento em que nós estamos vivendo fora da normalidade. Então fica aqui o meu muito obrigado aqueles que se dedicaram e peço apoio aos colegas vereadores para que nos ajudem a aprovar essa emenda, porque nós estamos



garantindo o repasse para essas escolas infantis que prestam não apenas um serviço fundamental, essencial, mas um serviço de excelência, que tem o controle social e o acompanhamento da comunidade e o suporte por parte da secretaria de educação. Fica aqui meu pedido de apoio para que possamos garantir a aprovação e garantir que os recursos cheguem às nossas entidades e possam garantir que essas vagas sejam ofertadas e muito bem oferecidas para a sociedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 139/21, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Muito obrigado, vereadores e vereadoras, vou ser muito breve. Este projeto deveria ter sido aprovado há quatro horas, acho que temos unanimidade no projeto, nas emendas e acho cruel deixar as pessoas esperando por mais tempo. A melhor maneira de colaborar com a causa seria votarmos imediatamente as emendas e projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Claudio Janta, a Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 139/21. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) São 34 votos **SIM**, Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro aprovada a Emenda nº 01 ao PLL nº 139/21.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento):** Presidente, solicito a formação de bloco de votação para as Emendas de nº 02, nº 03 e nº 04 ao PLL nº 139/21.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vereador, não temos acordo entre os líderes para votar a Emenda nº 03 no bloco. Por isso não temos como evoluir na constituição do bloco.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Vamos tentar de novo.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Já tenho aqui a Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia e o Ver. Ramiro Rosário dizendo que não aceitam o bloco.

**Vereador Aírto Ferronato (PSB) (Requerimento):** Solicito votação simbólica para as Emendas nº 02, 03 e 04 e para o projeto.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Eu fiz esse pedido no início, votar de forma simbólica, uma a uma.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Eu acho que o Ver. Claudio Janta vai retirar o pedido de votação nominal.

**Vereador Claudio Janta (SD):** Retiro o pedido para votação nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 139/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA** por unanimidade.

Em votação a Emenda nº 03 ao PLL nº 139/21.

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** Solicito a leitura da emenda.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura da Emenda nº 03.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação nominal, por solicitação da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, a Emenda nº 03 ao PLL nº 139/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 14 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro rejeitada a Emenda nº 03 ao PLL nº 139/21.

Em votação a Emenda nº 04, ao PLL nº 139/21. (Pausa.)

**Vereador Aírto Ferronato (PSB):** Sr. Presidente, solicito a leitura da Emenda nº 04.

(Procede-se à leitura da Emenda nº 04 ao PLL nº 139/21.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação a Emenda nº 04 ao PLL nº 139/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação o PLL nº 139/21. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

## REQUERIMENTO - VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

**REQ. Nº 159/21 – (Proc. nº 0470/21 – Vers. Alexandre Bobadra, Claudio Janta, Mauro Pinheiro, Pablo Melo, Jessé Sangalli, Hamilton Sossmeier, Mauro Zacher, Leonel Radde, Ramiro Rosário, José Freitas, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Márcio Bins Ely, Giovane Byl, Cassiá Carpes, Kaká D’Ávila, Moisés Barboza e Alvoní Medina e Ver<sup>as</sup> Psicóloga Tanise Sabino, Comandante Nádia, Cláudia Araújo, Mônica Leal e Fernanda Barth) –** requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “ao processo de regulamentação da polícia penal, que tramita na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul”. (SEI 222.00082/2021-75)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o Requerimento nº 159/21. (Pausa.)

**Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e seis vereadores presentes.

(O Ver. Felipe Camozzato assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE FELIPE CAMOZZATO (NOVO) – às 19h43min:** Há quórum.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Eu faço uma proposta ao líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, como são só requerimentos agora, que nós deixemos para votar na quarta-feira esses requerimentos, é uma proposta.

**PRESIDENTE FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Ver. Pedro Ruas, há quórum, temos a presença de 26 vereadores no plenário, virtualmente, então, vamos seguir com a nossa pauta aqui. De pronto, encaminhamos a nossa ordem de votação. Consulto se alguém gostaria de encaminhar a matéria.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 159/21, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Presidente, Ver. Felipe Camozzato; vereadores; vereadoras; há mérito no requerimento, sem dúvida, o problema é que não existe o projeto. Eu conheço estas polícias legislativas, na Assembleia Legislativa, e sou amigo de todos. E quero que aprove, o problema é que não há o projeto para nós examinarmos. Não há, não há proposta legislativa, então, nós não temos como fazer um cheque em branco. Porque pode ser ruim até para os servidores. Eu conheço todos eles, e não há o projeto. É claro que a polícia legislativa tem que existir, ser prestigiada, sim, mas sabe lá que projeto virá, espero que seja bom. Não sei quem será o presidente vai encaminhar, não sei, na Assembleia. Então eu encaminho contra, porque não há o projeto. Eu vou declarar o meu apoio a um projeto que ainda não existe? Não, primeiro vou olhar o projeto, depois dou o apoio, com certeza. Antes, não, não é possível. Encaminho contra, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Registro a presença do Ver. Mauro Zacher.

**PRESIDENTE FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Mais alguém gostaria de encaminhar a matéria?

**Vereador Aírto Ferronato (PSB):** Se está, e acredito que sim, de acordo com a manifestação do Ver. Pedro Ruas, não temos como votar favorável a um projeto que não existe. Daqui a pouco, o projeto vem muito ruim, prejudicial ao servidor, agora já estamos apoiando? Os autores têm que dar uma avaliada nisso.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Nem os servidores talvez gostem do projeto, depende como ele vier.

**PRESIDENTE FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Vereadores Pedro Ruas e Ferronato, a Ementa, só para esclarecimentos, fala em requerer a “moção de solidariedade em apoio ao processo de regulamentação”, não fala em projeto. Então, nesse sentido, imagino que possa esclarecer aos senhores. De novo, consulto o plenário, se alguém gostaria de encaminhar a matéria.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Presidente, é muito perigoso, porque pode ser ruim o jeito de encaminhar a regulamentação.

**Vereador Aírto Ferronato (PSB):** Daqui a pouco, é melhor não encaminhar nada.

**PRESIDENTE FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 159/21, como autor.

**VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL):** Colegas vereadores, Presidente, público da TVCâmara, em primeiro lugar, quero agradecer aos nossos 23 colegas autores e coautores dessa moção de regulamentação de polícia penal. Todos vocês são muito importantes para nós, e certamente, os mais de 5 mil policiais penais do Estado do Rio Grande do Sul não vão esquecer de vocês. Nós temos 42 mil seres humanos em situação de prisão no Estado do Rio Grande do Sul, 150 casas prisionais e a polícia penal, um projeto de mais de 15 anos, uma luta histórica da categoria dos servidores penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul. Muitos morreram durante o caminho, lutando pela aprovação dessa PEC, que não é uma PEC de partido nenhum, é uma PEC do Brasil. E foi aprovada no dia 4 de dezembro de 2019, a Emenda Constitucional nº 104/19. E foi regulamentada em mais de 20 estados, infelizmente, no nosso Estado ainda não foi regulamentada. Então por isso, buscando o princípio da eficiência da administração pública, pensando os mais de 5 mil policiais penais, nos mais de 12 milhões de gaúchos, esta Câmara, através dos seus 23 autores, deve sim, Ver. Ruas, Ver. Robaina, Ver. Ferronato, independentemente, da cor da questão ideológica, aprovar esta moção de apoio à regulamentação da polícia penal do Rio Grande do Sul, assim como fizeram mais de 20 estados. Esse projeto da polícia penal, esta moção de apoio, vai ao encontro do interesse do povo gaúcho. Por isso, eu peço que os meus colegas votem “sim”.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 159/21.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Meu caro Bobadra, eu reputo que tu és a autoridade da Câmara no que se refere à questão da polícia penal do Estado. Eu respeito a tua luta nessa causa, inclusive, sei que tu foste da presidência do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Rio Grande do Sul da tua categoria. Se tu manténs a proposta de que, na verdade, há uma necessidade e é bom votar favorável à proposta, então, já defino, desde agora, que eu vou votar favorável, ouvindo os teus argumentos. Abraço a vocês.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 159/21, como coautor.

**VEREADOR LEONEL RADDE (PT):** Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; encaminhado favoravelmente à iniciativa que está sendo votada agora, na medida em que já foi aprovado em nível federal essa emenda, que colocou a polícia penal no art. 144 da Constituição Federal, vinculando aos órgãos de segurança. E nós, simplesmente, precisamos regulamentar no nosso Estado, como vai ser o funcionamento da polícia penal que, na verdade, para quem não sabe, são os antigos agentes penitenciários vinculados à Susepe. Basicamente é disso que se trata. Esta moção tem como objetivo indicar que a Assembleia Legislativa faça o seu serviço; caso contrário, a gente vai estar incorrendo numa certa ilegalidade. Então, indico pelo voto favorável. E claro, na Assembleia Legislativa, nós teremos que fazer o debate, que tipo de estatuto, que tipo de regulamentação nós vamos implementar em relação à polícia penal. Mas da nossa parte, a gente tem que exigir que isso seja feito o quanto antes, para que não fique de uma forma confusa, de uma forma até mesmo ilegal, inconstitucional o funcionamento nessa mudança de legislação que ocorreu a partir de 2019. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 159/21, como coautora.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Obrigada, Ver. Felipe Camozzato, na presidência desta sessão, quero ser bem rápida. A polícia penal vem fortalecer, valorizar os agentes da Susepe, vem fazer com que a Susepe e todos os seus funcionários possam, efetivamente, ser uma classe que tenha mais valorização, mais independência e, portanto, um serviço melhor e, cada vez mais capacitado nas casas prisionais do Rio Grande do Sul. Mais do que merecida esta moção, seremos sempre favoráveis a tudo que diz respeito à segurança pública. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Em votação o Requerimento nº 159/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Pois não, Ver. Pedro Ruas.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Nós, que estamos de maneira virtual, temos uma desvantagem em relação a quem está no plenário, porque o nosso microfone fica fechado, e quem está no plenário pode falar a toda hora. Então há dois tipos de

vereadores: os que podem falar e os que não podem e têm que pedir para falar! Tem que deixar nosso microfone aberto; é necessário isso. Eu queria apenas dizer – o Ver. Camozzato não me abriu o microfone enquanto presidia – que o encaminhamento do Ver. Radde foi fundamental para nós, porque ele passou a ser avalista de uma posição insegura, mas que, para nós, o que ele mantém tem muita qualidade e isso definiu o voto unânime da oposição a favor da moção. Reitero que temos que ficar com o nosso microfone aberto, Presidente. Senão só o plenário vai ter voz. Obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado. Ver. Felipe?

**Vereador Felipe Camozzato (NOVO):** Agradeço a menção do Ver. Ruas, mas quero deixar claro que diversos vereadores estavam justamente questionando o motivo pelo qual três vereadores têm acesso ao microfone de maneira ilimitada, enquanto que os demais precisam fazer pedido de questão de ordem para a presidência. Por conta desse desequilíbrio, dessa desigualdade de condições parlamentares, o próprio diretor Luiz Afonso, sob minha consulta, fez o fechamento dos microfones, junto comigo, na presidência. Não foi um ato isolado do Ver. Camozzato, mas, sim, algo que diversos vereadores já haviam se manifestado. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Dando sequência aos trabalhos, por favor, diretor.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura da ementa do Requerimento nº 143/21.)

### **REQUERIMENTO - VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 143/21 – (Proc. nº 0413/21 – Vers Ramiro Rosário, Mauro Pinheiro, Felipe Camozzato e Claudio Janta e Ver<sup>as</sup> Comandante Nádia, Fernanda Barth e Mari Pimentel) – requer seja encaminhada Moção de repúdio “ao Sindicato dos Municipários de Porto Alegre - SIMPA, em decorrência dos atos de discriminação aos trabalhadores privados da área de saúde, durante propaganda institucional”. (SEI 197.00052/2021-13)**

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação o Requerimento nº 143/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pela oposição.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o requerimento está assentado sobre uma base inexistente. Não há esse

ataque do Simpa, eu queria inclusive que fosse mostrado isso. Não há esse ataque do Simpa. Eu procurei e não achei. É óbvio que voto contra, pois não há o ataque. Então isso tem que ser mostrado, alguém tem que mostrar num jornal, na televisão, no rádio, enfim, em algum lugar, num panfleto, porque repudiar um ataque inexistente não tem o menor sentido; o menor sentido. Aliás, o Simpa, ao longo da sua história, é solidário com todas as categorias de trabalhadores. Eu trabalhei muito no Simpa, fui advogado do Simpa no passado, nos anos 1980; fui municipalista nos anos 1970; então, me parece muito sem sentido isso, porque não há o ataque. Ora! Fiz busca em televisão, em rádio, em jornal e em panfleto e não vejo esse ataque. A história do Simpa é de solidariedade às demais categorias profissionais; então, isso fica sem sentido. É claro que encaminho contra. Não tem o menor cabimento.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Diretor, por gentileza, proceda à verificação de quórum solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.)

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Ver. Roberto Robaina está aqui, mas não vai dar quórum; depois, se tiver quórum, vou falar.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

**Vereador Claudio Janta (SD):** Pois é, não está aí, mas vai falar depois?

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Depois eu vou dar presença e vou falar...

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Essa proposta indecente, tomara que tu não apoies essa proposta indecente!

**Vereador Claudio Janta (SD):** Eu estou assinando essa proposta!

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Oh, Janta, tu estás ficando igual ao líder do...



**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Após a chamada nominal.) Vinte e um Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 20h04min:** Há quórum.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 143/21.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Antes de mais nada, vamos passar aos colegas vereadores, a quem trabalha na Câmara de Vereadores, a quem nos acompanha pela TVCâmara, pelas redes sociais e para a sociedade porto-alegrense a propaganda em questão.

(Procede-se à apresentação.)

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Pessoas sem preparo, arruinando o atendimento, isso é o que diz a propaganda do Simpa e de outras entidades. Quem eles estão chamando de pessoas sem preparo que estão arruinando o atendimento à população? Profissionais de saúde, Ver. Mauro Pinheiro, honrosos profissionais de saúde - enfermeiros, médicos, demais profissionais -que estão na linha de frente, atuando no combate à pandemia. Aí eles chegam em casa, seus filhos estão na frente da televisão, e eles são classificados por um grupo de entidades como profissionais de segunda categoria, Ver.<sup>a</sup> Nádia, profissionais que não merecem o respeito da população, que estão arruinando o atendimento de saúde do SUS à população, e ainda dizem, Ver. Freitas, que só o servidor público salva, só o servidor público é capaz de atender à população de forma digna. Isso é uma mentira, isso é um desrespeito aos profissionais de saúde, um desrespeito às pessoas que estão atuando na linha de frente, combatendo a pandemia e atendendo a população, especificamente no HPS, nos mais variados traumas, problemas, acidentes. Esses profissionais, meus colegas vereadores, não merecem ouvir esse tipo de coisa, ainda mais numa campanha caluniosa do Simpa e de outras entidades, menosprezando e diminuindo tudo aquilo a que eles se dedicaram a vida inteira a fazer, que é prestar um serviço relevante à sociedade. Não importa se são contratados através de empresas terceirizadas, não importa se são servidores públicos, o que importa é que são médicos, enfermeiros e que estão atuando de forma gratuita à população. A Prefeitura contrata esses serviços e contrata atendimento de saúde, não importa se esse atendimento de saúde é feito através de um funcionário da iniciativa privada ou de um servidor público que fez essa opção de vida; seguiu a carreira pública, fez concurso, tem todo o direito e deve ser por nós respeitado também, mas o respeito é para todos. Isso que o Simpa fez, junto com outras entidades, é uma campanha difamatória, caluniosa e que traz pânico à população. O que eu peço aqui aos colegas – Ver. Leonel Radde, que, recentemente, numa moção de apoio fez um discurso importante pedindo coerência –, nós temos que ter coerência, Radde; nós temos que ter coerência aqui, as bancadas do PT, do PSOL, do PCdoB.

Sabemos que muitos de vocês, talvez os partidos de vocês podem ter relação com o diretor X, Y, Z de algum sindicato, sabemos que vocês têm a bandeira do servidor público muito presente nos debates; nós respeitamos essa bandeira e divergimos, muitas vezes, na forma de como a máquina pública acabou se organizando dentro da estrutura do Município. É uma divergência saudável, mas jamais financiaremos campanhas difamatórias como esta aqui, dizendo que o servidor público não presta, que o servidor público não presta um atendimento de qualidade na saúde e que apenas o serviço terceirizado salva, apenas o serviço terceirizado presta um bom serviço à população. Isso seria uma mentira, e eu peço que vocês hoje não compartilhem de uma mentira, não compartilhem de uma *fake news* e votem a favor desta moção de repúdio a essa propaganda difamatória feita pelo Simpa e por outras entidades. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 143/21.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Presidente Márcio, hoje a sessão será longa! Preparem-se para pedir um novo aumento da sessão, uma nova prorrogação. É evidente que o Ver. Ramiro não é movido por nenhum tipo de interesse na defesa dos trabalhadores do Vila Nova e de qualquer empresa terceirizada. A gente conhece o Ver. Ramiro, o máximo que ele defende é a empresa terceirizada, isso, sim. Ele dizia que nós temos como pauta a defesa dos servidores públicos, mas é mais do que a defesa dos servidores públicos; nós temos a defesa da classe trabalhadora de um modo geral, dos trabalhadores das empresas terceirizadas também, que, embora sejam competentes, são obrigados, muitas vezes, a realizar seus trabalhos em condições precárias, porque essa é a natureza das empresas que, infelizmente, o governo quer fazer com que cuidem da nossa saúde. Nós não aceitamos isso, nós não aceitamos a privatização e a terceirização da saúde. O fato de ter uma propaganda que tenha um elemento equivocado, porque, de fato, é óbvio que essa frase é uma frase que não corresponde à realidade, porque os trabalhadores da saúde, de modo geral, são todos eles qualificados e buscam se qualificar, mas o fato incontestável é que a terceirização faz mal, tanto que, no caso específico dessa propaganda, a empresa terceirizada deixou de atender o HPS, já saiu de lá. Saiu de lá por quê? Porque não estava em condições de atender os casos da Covid, não correspondia ao HPS fazer isso, nem correspondia terceirizar para fazer isso. Isso é um erro enorme, e a direção do HPS inclusive já não está com esse contrato com essa terceirizada, que foi o objeto da propaganda, porque, na verdade, o questionamento real é a terceirização, não a qualidade do servidor, porque o servidor pode ser qualificado, tanto o público quanto o privado, e, depois, obviamente, entre os trabalhadores tem trabalhadores com menos qualificação tanto no público quanto no privado. Então não é disso que se trata. Aqui a discussão verdadeira, e esse é o propósito do Ramiro Rosário, que é um político que se formou no MBL, nessa primeira onda de direita que nós tivemos no Brasil, o propósito é atacar as instituições

da classe trabalhadora, as instituições que buscam se organizar para defender os interesses do setor público e da classe trabalhadora do setor privado também – não é à toa que está ali o Sindisaúde, que defende os trabalhadores do setor privado. Então é uma propaganda com algum nível de equívoco; nesse caso, aquele ponto específico é equivocado; mas não é equivocado denunciar a terceirização da saúde. E é isso o que o Ramiro quer defender e quer atacar as entidades que criticam isso, quer atacar as entidades que não querem a privatização da saúde, quer atacar as entidades que defendem a Constituição. A nossa Constituição é clara, define que a saúde deve ser pública; secundariamente, ela pode ser privada; e isso, infelizmente, está se invertendo no Brasil, a partir do governo Bolsonaro – o governo Marchezan, que o Ramiro apoiou muito, foi o campeão aqui em Porto Alegre na terceirização, e é isso o que ele está querendo. Eu acho que tem vereadores que estão entrando nisso de gaiato, eu acho que não vale a pena comprar essa briga com instituições da classe trabalhadora, porque essas instituições não vão aceitar esse tipo de manobra. É óbvio que os vereadores aqui que são mais de extrema direita querem polarizar; os vereadores que são mais da linha Bolsonaro ou da linha neoliberal total de terceirizar, de atacar servidores públicos, de atacar trabalhadores, de defender arrocho salarial, de defender as empresas acima de tudo, esses talvez tenham interesse em polarizar com as instituições da classe trabalhadora; mas tem muitos vereadores que eu acho que não têm motivo nenhum para fazer esse tipo de ataque votando uma moção de repúdio contra as instituições.

Não é uma moção de repúdio contra a propaganda, é uma moção de repúdio contra as instituições, contra o Simpa, contra o Sindisaúde, contra as associações da classe trabalhadora. É disso que se trata esta moção; por isso que nós vamos rejeitá-la e por isso que vocês, os de extrema direita e os neoliberais que querem aprovar isso, devem se preparar para uma longa sessão, porque nós vamos falar aqui quantas vezes forem necessárias para evitar esse desrespeito à classe trabalhadora que alguns vereadores – ou da extrema direita, ou neoliberais – querem aprovar aqui na Câmara hoje.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 143/21.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Presidente Márcio e demais presentes nesta sessão, eu quero lamentar a distorção da realidade, lamentar a falta de pauta para alguns vereadores, a falta de trabalho mesmo, de trabalhar pelo povo, construir políticas públicas, fiscalizar o poder, aprovar projetos reais de mudança para a cidadania; eu quero lamentar essa ideia pequena – porque não agrega para a sociedade – de atacar os sindicatos. É toda hora. O sindicato... (Problemas na conexão.) ...sabem por quê? Porque há pessoas que não gostam de trabalhar, porque os sindicatos organizam os trabalhadores para que não sejam superexplorados pelos patrões. Essa é a ideia. Então quem não gosta de trabalhar ataca o sindicato, porque é uma forma de atacar o

trabalhador, aquele que labuta, que luta para ter um salário digno. Não! Eles defendem a terceirização, eles defendem a privatização, eles defendem a venda do público, para que o gari não receba dois salários mínimos, receba menos; para que o servidor da saúde, técnico, receba menos do que um salário mínimo. Essa é a realidade. Por isso, atacar sindicato é o esporte preferido de alguns. Eles se regozijam, eles se... (Problemas na conexão.) ...debatendo e lutando contra os sindicatos. Agora, eles se esquecem que os sindicatos são ferramentas de luta do povo que trabalha. Eu estou falando de quem levanta cedo, de quem pega ônibus para ir para uma escola – monitor, professor, servidor de escola –, de quem pega ônibus cedo, sucateado, porque eles sucateiam os ônibus da capital, eles entregam milhões e milhões para os empresários dos ônibus e assinam embaixo “isso aí, prefeito, entrega milhões lá para as empresas privadas”, enquanto o servidor do posto de saúde pega dois ônibus para chegar lá e lutar para garantir a vida da cidadania, garantir a saúde pública. Não! Não vai ter aqui uma moção de apoio a aumento salarial, não vamos ver aqui uma moção de apoio aos servidores que estão aí há cinco anos arrochados pelo governo Marchezan. Não, esse tipo de moção eles não apresentam, eles apresentam moção contra a organização dos trabalhadores, eles querem calar os trabalhadores, por isso eles atacam o Simpa, eles atacam as associações, eles atacam as instituições de quem constrói serviço público na capital. O interesse deles é só um: é destruir a mobilização do povo que não guarda o grito na garganta, que solta o grito e diz não à reforma da Previdência, não ao arrocho salarial, não ao sucateamento das estruturas públicas, não à venda do patrimônio do povo. Essa é a realidade. Eles jamais votarão uma moção de apoio a quem carrega a Prefeitura nas costas, aos garis, aos técnicos do saneamento; vocês jamais verão eles apoiando as professoras que estão fazendo vaquinha do próprio salário para garantir uma cesta básica para as famílias que estão em alta vulnerabilidade. Não! Vocês verão eles votando reforma da Previdência para deixar os trabalhadores mais tempo na Prefeitura e não criar emprego público. Eles não querem mais emprego público; eles querem contratos, querem empresas na Prefeitura, e gerenciam mal os contratos. No início do ano, tivemos que fazer uma luta para consertar os erros nos péssimos contratos que eles faziam com as terceirizadas de higienização e alimentação escolar. Mais do que isso, aconteceu a mesma coisa com as terceirizadas do serviço de limpeza dos postos de saúde.

Então, eles não querem dignidade para o trabalhador, eles querem tentar esmagar o sindicato, porque o sindicato fala a verdade, o sindicato luta com o povo, porque o sindicato é o próprio povo organizado para defender o seu direito a um trabalho digno, a uma carreira. Por isso, não se engane, população de Porto Alegre, eles serão sempre assim, fígado, bÍlis, ódio, mal secreto aos sindicatos. E nós permaneceremos defendendo os trabalhadores e as trabalhadoras, quem trabalha. Ave de rapina, não defenderemos; sugadores do erário, não defenderemos; sonegadores de impostos, não defenderemos. Quem são os sonegadores de impostos? Esses jamais revelarão, eles não dão um pio nesta tribuna. “Vou ficar calado, deixar passar”, é assim que eles agem. Agora, os trabalhadores, eles atacam através do ataque ao sindicato. Depois, dirão que não, que não é isso, “o Ver. Jonas não disse o que é o correto”. Não,

este é o correto: o sindicato é a instituição dos trabalhadores. Quem ataca sindicato ataca trabalhadores.

Viva a luta do Simpa, da sua direção e dos trabalhadores que, inclusive, estão em greve na educação, e estão tendo hoje esta moção de desrespeito à história de quem constrói o serviço público nesta capital. Vergonha, vergonha, vergonha, esta moção. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 143/21.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Boa noite, Sr. Presidente, colegas vereadores. Aqui quem fala é um vereador que não é da direita, não é liberal; é um vereador que é democrata, trabalhista e sindicalista. Esse discurso que estamos ouvindo é igual ao que se ouviu um tempo atrás contra o IMESF. Agora, defendem; na época do IMESF, essas instituições diziam que não podia o pessoal do IMESF estar trabalhando, que não podia estar ocupando vagas, que não podia nada. Nós estamos falando que o discurso tem que ser a prática, não adianta falar em Covid-19, não adianta falar em saúde e estar criticando quem está lá trabalhando, criticando quem está lá salvando vidas, seja servidor público, seja terceirizado, seja um médico concursado ou um médico contratado, seja um médico brasileiro, haitiano, cubano, austríaco, seja quem for, está exercendo o seu papel de salvar vidas.

A moção de repúdio que eu assino como sindicalista, como um vereador solidário, um vereador trabalhista, um vereador democrata, eu assino, porque nós não podemos mais ver esses absurdos de ter trabalhador de primeira linha e trabalhador de segunda linha; todos, para nós, são trabalhadores. Não existe somente professor da escola pública, existe professor lá da creche conveniada, que ainda há pouco nós defendemos. Aí, o Ver. Jonas fala que nós queremos uma reforma para acabar com o servidor. Nós queremos manter o servidor no seu trabalho, nós queremos manter o servidor útil, trabalhando. Essa reforma tem que ser lida melhor, porque a reforma mantém as categorias diferenciadas, mantém as categorias que recebem insalubridade, periculosidade, está atingindo outras categorias.

Agora, dizer que são aves de rapina esses trabalhadores que estão lá ajudando a salvar vidas, sejam eles da área da saúde, técnicos, enfermeiros, médicos, doutores, sejam eles atendentes, pessoal que limpa, pessoal que ajuda, aí é muito forte, é muito forte mesmo. E o nosso repúdio não é à direção do sindicato dos professores, à direção do sindicato da limpeza, à direção do sindicato de quem trabalha em obras, de quem trabalha em planejamento, nada disso; a nossa moção é contra entidades da área da saúde que criticaram os trabalhadores da saúde, como se houvesse dois tipos de trabalhadores. Dois tipos! É que nem uma fábrica que tem lá o pessoal da gerência, e o resto é o resto. Criticando as pessoas que estão lá ajudando a população de Porto Alegre, ajudando a cidade de Porto Alegre, botando na cabeça das pessoas que,

chegando lá, se essa pessoa não for um servidor público, se não for um concursado do setor público, vai atender mal a população. Diziam o mesmo do IMESF, na época – agora, ficam aí com carapuça defendendo o IMESF –, que não eram capacitados; como diziam também quando foram criados os agentes de saúde, que não eram capacitados, e, agora, estão sendo defensores dos agentes de saúde. Então, realmente, isso nos entristece.

Os sindicatos devem pensar sobre a forma como tratam os trabalhadores – era para defendê-los. Se o trabalhador está lá no local de trabalho, seja ele terceirizado, esteja ele trabalhando por tarefas, esteja ele trabalhando por empreitada, ele pertence a essa base, a essa categoria, ele é igual a todos os outros trabalhadores. Não pode um trabalhador, porque ele é vinculado à empresa, comer num refeitório, e o terceirizado comer em outro; não pode um trabalhador, porque ele é vinculado à empresa, ter um tratamento, e o terceirizado ter outro.

Existe problema na terceirização? Vamos resolver esse problema. Não é dos trabalhadores, é de quem não fala, o gestor. Muitas vezes, os governos do PT terceirizaram várias coisas na cidade de Porto Alegre, várias coisas. O Presidente Lula terceirizou no Brasil, o governador Tarso e o Olívio Dutra terceirizaram no Estado. Em todos os estados, quando chega na hora, tem que terceirizar. Fizeram muito pouco concurso público e administraram esta cidade por 16 anos; administraram o Estado por duas vezes; administraram o País por três vezes.

Eu acho que é muita falácia querer jogar todos os trabalhadores um contra o outro, jogar todos os trabalhadores como se fossem pessoas de segunda linha. Trabalhador é igual para nós, seja ele oriundo da empresa, seja ele funcionário público, seja ele de uma empresa terceirizada; por isso, nós assinamos a moção de repúdio.

(Não revisado pelo orador.)

**Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Solicito ao diretor legislativo, Luiz Afonso, que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) Após a chamada nominal.) Vinte e um vereadores responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 20h38min:** Há quórum.

**Vereador Jessé Sangalli (Cidadania):** Quem não deu presença pode falar na sessão?

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O vereador pode se apresentar na sessão a qualquer momento, vereador.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** A prorrogação da sessão foi definida em qual horário?

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Até as 21h.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** O pedido que fez o Ver. Giovane Byl foi de prorrogação por duas horas. A sessão terminava às 18h54min.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Estou falando em números redondos, vereador.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Então, até as 20h54min. Presidente, eu já falei isso hoje, é um absurdo que quem não está na sessão não tenha o microfone aberto.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vereador, sempre que o senhor pedir a palavra, lhe será concedida. Pode fazê-lo pelo *chat* ou por menção visual, só levantando a mão, e a gente lhe dá a palavra.

**Vereador Matheus Gomes (PSOL):** Queria reforçar a questão de ordem do Ver. Pedro Ruas. Tenho pleno acordo, a sessão fica prejudicada sob o ponto de vista democrático com a sessão híbrida. É questão de ordem, sim, porque tem vários vereadores que estão aqui no entorno do microfone, e eu quero referendar o pedido do Ver. Pedro Ruas.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 143/21.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Garantir a manifestação do plenário primeiro, Presidente.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vamos garantir a palavra à Ver.<sup>a</sup> Bruna, por gentileza. Está correndo o seu tempo, Ver.<sup>a</sup> Bruna, a senhora fique à vontade.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Presidente, eu quero garantir a minha fala, minha fala com o meu tempo.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A palavra está à disposição, vereadora.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Então, está bem. Boa noite. Mais uma vez, fui interrompida pelo Ver. Ramiro. Vou esperar que o vereador consiga dialogar com o Presidente para que eu possa usar o meu tempo. A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia também não me permite seguir... Posso, Presidente? Então, estou olhando o meu tempo aqui, são 20h42min. Boa noite às pessoas que ainda nos acompanham, boa noite e meus cumprimentos aos vereadores, meus colegas, e infelizmente eu subo a esta tribuna mais uma vez para manifestar a nossa indignação, a indignação da bancada do PCdoB, que mais uma vez precisa vir a esta tribuna para garantir que o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras que garantiram o trabalho, o serviço essencial, os serviços públicos em meio à pandemia não sejam criminalizados, porque uma parcela dos vereadores e das vereadoras desta Casa são vereadores comprometidos com o fascismo que não garante, que não valoriza a participação popular. Ora, uma série de projetos que nós votamos aqui retirava o plebiscito, por exemplo, e nós estamos vendo a cada dia esta Casa se comprometendo mais com a ausência da participação, inclusive, é mais confortável votar sem a participação popular. Eu vejo alguns vereadores aqui bem confortáveis, é muito fácil votar quando o povo não está olhando para a gente. Mas eu quero registrar também que essa metodologia utilizada é uma forma de jogar povo contra povo; aquela velha forma de dividir o mesmo povo para que esse mesmo entre em confronto. Ora, nós estamos falando de trabalhadores e trabalhadoras que seguravam o rojão, como nós dizemos, em meio à pandemia; trabalhadores e trabalhadoras que nos atendem nos hospitais, que estavam hoje aqui através de uma participação legítima, porque, se me lembro bem, eu conheço alguns colegas da atividade sindical. O Ver. Janta é um deles, um vereador que, por muito tempo da sua carreira política, foi sindicalista. O Ver. Bobadra, que eu muitas vezes, vereador, te encontrei na sala da bancada do PCdoB, falando com a Gabriele, que hoje assessora a nossa bancada, pedindo apoio do Partido Comunista do Brasil para defender a sua carreira, a sua ala do serviço público. Nós precisamos vir a esta tribuna para nos manifestarmos, porque é inadmissível que o povo seja jogado contra o povo. Nós sabemos que aqui o que está em jogo é esta moção que criminaliza a participação, que repudia os mecanismos legítimos de participação, nada mais nada menos, que é criminalizar o serviço público. Além de fazer com que trabalhadores se enfrentem, é a criminalização do serviço público! Esse que é oferecido às pessoas que mais precisam, porque infelizmente esta Casa, ela tem legislado para uma parcela da sociedade. Ela tem legislado para quem anda de *jet ski*. Eu nunca andei de *jet ski*, para quem pode e tem a condição de andar é algo bem legal, mas o povo das nossas comunidades se encontra direto com esses trabalhadores e com essas trabalhadoras, porque são esses dos serviços de ponta, são esses trabalhadores e essas trabalhadoras que convivem com a fome nas comunidades. E infelizmente uma parcela de vereadores e vereadoras não está comprometida, Presidente, com essa parcela da sociedade. Por isso que a nossa fala é de alerta, é de alerta, porque há muito tempo essa estratégia está



sendo usada. Nós não compactuamos, a bancada do PCdoB mais uma vez se manifesta contrária a essas moções que criminalizam o movimento social.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Não havendo mais inscritos para encaminhar, colocamos em votação.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Como, que história é essa, não tem mais encaminhamento?

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Não temos mais nenhum inscrito para encaminhar. Não havendo mais inscritos para encaminhar, coloco em votação.

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** Eu me inscrevi.

**Vereadora Comandante Nádia (DEM) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito, através do art. 187, para que a gente possa fazer uma sessão extraordinária a partir de agora.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A sessão extraordinária tem que ser convocada para fins específicos, vereadora. Nós vamos primeiro votar e depois apreciamos, é isso?

**Vereadora Comandante Nádia (DEM):** Para votação da moção.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A moção será votada agora, não tem necessidade de fazer sessão extraordinária. Ver. Cláudio Janta, sua questão de ordem.

**Vereador Cláudio Janta (SD):** Sim, Presidente, eu só queria corrigir uma coisa que estão falando aí. O Presidente da Casa, seja ele qual for e qual o momento que for, quem detém o microfone de apartes, seja no plenário ou seja virtualmente como nós estamos, é o Presidente da Casa, é ele que detém isso. Então, um vereador pode estar ali na frente gritando, como nós ficamos virtualmente gritando e abanando, o vereador está ali na frente. Quem determina se abre ou não o microfone de apartes é o Presidente da Casa. Então, isso não significa que, nós que estamos virtualmente, fiquemos com o microfone aberto, sendo que acabei de levantar a mão e o Presidente me deu o aparte, a questão de ordem. E faço coro com a Comandante Nádia, se não dá para prorrogar a sessão, que se faça uma extraordinária para votarmos o restante das moções.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Muito obrigado, vereador, ainda temos dez minutos para terminar a sessão.

**Vereador Leonel Radde (PT) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** O Ver. Janta, no afã de defender a sua posição, ele coloca algo que distingue os vereadores. A nossa sessão, Presidente, por definição de V. Exa., correta por sinal, que aliás conduz muito bem as sessões, é híbrida, porque se ela não for híbrida...

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vereador, sempre lhe foi garantida a palavra.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Sendo ela híbrida, nós temos que ter o microfone aberto, ou uma condição de nos manifestarmos, que levante o dedo. O que não...

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Todos os vereadores têm o direito de se manifestar no tempo previsto regimentalmente, vereador.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Ao senhor sempre foi garantida a palavra. Eu já entendi, vereador, eu agradeço.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Mas eu sou tão vereador, quanto os demais. Se não é híbrida, vamos para o plenário, mas é híbrida. Essa é a definição...

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** É híbrida e a palavra sempre lhe foi garantida, vereador, no tempo regimental.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Não, quando V. Exa. não estava na presidência, não me foi garantida.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Em votação...

**Vereador Leonel Radde (PT):** E a verificação de quórum, Presidente?

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A votação já está aberta...

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** Eu me inscrevi antes da votação, Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo se inscreve para encaminhar a votação do Requerimento nº 143/21?

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** Sim.

**Vereadora Comandante Nádia (DEM):** Solicitei o art. 187...

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 143/21.

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** Presidente...

**Vereador Leonel Radde (PT):** Eu solicitei uma verificação de quórum.

**Vereadora Cláudia Araújo (PSD):** Mas depois da minha inscrição.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Vamos fazer aqui o encaminhamento primeiro do pedido de requerimento, tendo em vista que estamos avançados no horário aqui, diretor? Está em condições? O encaminhamento da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia com vistas à convocação de uma sessão extraordinária para fins específicos de votação do Requerimento nº 143/21.

**Vereador Ramiro Rosário (PSDB):** Presidente, só para deixar claro também, o requerimento da Ver.<sup>a</sup> Nádia da sessão extraordinária, já está intrínseca aí a questão da verificação de quórum. Afinal de contas, darão presença os vereadores.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Sim, foi feito por primeiro, está compreendido.

**Vereador Matheus Gomes (PSOL):** Presidente, uma questão, o pedido da Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo foi feito antes do requerimento apresentado pela Ver.<sup>a</sup> Nádia, antes do requerimento apresentado pelo Ver. Leonel Radde. O correto para o andamento da sessão é que ela pudesse fazer a fala dela, depois se encaminha. Nós já fizemos isso agora anteriormente. Acabamos de fazer isso.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Diretor, temos condições de votação do requerimento da Comandante Nádia?

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** É uma vergonha isso.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Oh, Presidente, recusa isso, como ...

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Não existe recusa. O encaminhamento é do art. 187 e é o plenário que decide. Por gentileza, diretor. Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Coleta dos votos para o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia para convocação de sessão extraordinária após a prorrogação da sessão vigente. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) 20 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Declaro aprovado a Requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Questão de Ordem):** Presidente Márcio, eu gostaria de uma informação oficial de quando foi votada a prorrogação da sessão e qual é o horário exato da finalização, na medida em que a votação da convocação extraordinária foi feita às 20h57minutos. Eu gostaria de ter essa informação oficial da Câmara.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O diretor legislativo tem condições de informar? Vamos verificar.

Está encerrada a prorrogação da sessão. Vamos abrir a sessão extraordinária. Solicito à Diretoria Legislativa...

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Presidente, quando foi o encerramento?

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** O encerramento só pode ter sido às 20h54min.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Questão de Ordem):** Não, então, já tinha sido encerrada a sessão.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Porque ela foi prorrogada...

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O diretor está verificando os horários.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Eu lembro, eu queria inclusive votar antes o projeto do Byl – o PLL nº 137/21. Foi 18h54min e 20h54min.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Por isso, eu quero a informação oficial da Câmara.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O diretor está revisando aqui, eu já peço para a Diretoria Legislativa que se encaminhe para nós iniciarmos a chamada para a abertura da sessão extraordinária, por gentileza, diretor.

**Vereador Roberto Robaina (PSOL):** Aí vamos lá, sessão com lideranças, vamos tudo de novo.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Eu peço liderança de oposição, Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O diretor está consultando aqui os horários. Só um minutinho.

**Vereador Jonas Reis (PT):** Já vou aproveitar, já peço a liderança pelo PT.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** A votação da extraordinária se deu depois que encerrou a sessão, três minutos depois. Há algo irregular.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Face à aprovação do requerimento para sessão extraordinária, estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 20h57min.)

\* \* \* \* \*